



**UNIVERSIDADE
E D U A R D O
MONDLANE**

FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

Licenciatura em Serviço Social

Trabalho de Fim de Curso

**ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UNIVERSIDADE EDUARDO
MONDLANE: UM ESTUDO SOBRE A DIRECÇÃO DOS SERVIÇOS
SOCIAIS (2013 – 2015).**

Autor: Eusébio Paulo António

Supervisor: PhD. Chico Francisco Faria

Maputo, Agosto de 2017



FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

Licenciatura em Serviço Social

Trabalho Final de Curso

**ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UNIVERSIDADE EDUARDO
MONDLANE: UM ESTUDO SOBRE A DIRECÇÃO DOS SERVIÇOS
SOCIAIS (2013 – 2015).**

Monografia apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para obtenção do grau de Licenciatura em Serviço Social pela Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane.

Autor

Eusébio Paulo António

Mesa de Júri

O Supervisor

O Presidente

O Oponente

(Chico Francisco Faria)

(Adriano Maurício)

(Emídio Moiana)

Maputo, aos _____ de _____ de 2017

DECLARAÇÃO DE HONRA

Eu, Eusébio Paulo António, declaro que esta monografia de conclusão de curso de Licenciatura em Serviço Social, na sua essência ou de forma parcial, nunca foi apresentado para a obtenção de qualquer grau académico. O mesmo é resultado da minha pesquisa, o seu conteúdo é autêntico e todas as fontes consultadas para sua elaboração estão devidamente mencionadas nas referências bibliográficas.

Maputo, Agosto de 2017

(Eusébio Paulo António)

DEDICATÓRIA

*Aos meus pais, Paulo António e Teresa José Joaquim,
pelo apoio incondicional concedido ao longo dos meus estudos.*

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, os meus agradecimentos a Deus Poderoso por me ter concedido a vida e forças para que nunca descreditasse que com Ele e a fé, nada é impossível. Agradecimentos imensuráveis vão para os meus pais, Paulo António e Teresa José Joaquim pelos sábios ensinamentos e pelo apoio incondicional que me deram em todas áreas da vida.

Os mesmos são direccionados aos meus irmãos: António, Jaime, Moisés, Miriamo, Paulino, Sebastião e ao meu sobrinho Cleoton Sebastião António pela força e apoio socioeconómico.

Agradeço à Direcção dos Serviços Sociais da Universidade Eduardo Mondlane, particularmente, Departamento de Assistência Social pela colaboração na recolha de dados. Aos estudantes bolsheiros que me facultaram as informações recolhidas.

A todos os docentes do Departamento de Sociologia que directa ou indirectamente contribuíram para a minha formação e os conhecimentos transmitidos durante o curso. Especialmente, agradeço ao Professor Doutor Chico Francisco Faria, pelas opiniões e comentários durante a orientação deste trabalho.

Igualmente, são extensivos aos grandes companheiros dentro e fora da academia: Alice, Arminda, Benilda, Dilú, Duarte, Elísio, Hélia, Jaime, Juscelina, Monteiro, Salésio, Satar e Zitha pelo companheirismo e lições de vida aprendidas durante os quatro (4) anos. À família pastoral Santos Vicente pelos ensinamentos e à minha companheira Graciete Mário, pela amizade, amor, carinho e paciência.

Em fim, mas não menos importantes agradeço conjuntamente aos grandes amigos e colegas da residência: Bito Matai, Chaibo, Lonicêncio Pio, Gabriel Mandanda, Neide, Nickson, Saguete, Samuel e Sila pela amizade e pelo companheirismo ao longo do curso, por tudo e a todos, muito obrigado!

RESUMO

O presente trabalho procura compreender as percepções dos actores sociais sobre a assistência estudantil desenvolvida pela Direcção dos Serviços Sociais da Universidade Eduardo Mondlane. No entanto, para a concretização dos objectivos estabelecidos, realizou-se o estudo de caso numa abordagem qualitativa, com uma amostra de 20 estudantes e 6 profissionais da Assistência Social, onde foi aplicado o questionário e inquérito como instrumentos de recolha de dados. Para efeito, o nosso estudo baseou-se nas reflexões de Pedro Demo (1999), que considera as Políticas Sociais como programas de acções governamentais voltados para a redução das desigualdades sociais, criando a emancipação da cidadania. Da pesquisa constatou-se a necessidade da inversão de concepções, percepções e preconceitos, ou seja, deve-se transformar os valores, atitudes, culturas políticas da Direcção dos Serviços Sociais com a finalidade de desencadear, urgentemente, acções com vista a passar de assistencialismo (ajuda) para a assistência (direito). Foi possível, no mesmo estudo, concluir que a assistência estudantil é uma ferramenta importante para garantir o direito da formação dos estudantes que não conseguem custear os seus estudos, visto que, economicamente, se encontram na situação de vulnerabilidade. Porém, os aspectos de ordem social, pedagógico e psicológico devem ser enquadrado no acompanhamento do estudante.

Palavras-chave: Assistência Estudantil; Assistência Social; Estudantes bolseiros.

ABSTRACT

The present work seeks to understand the perceptions of social actors on student assistance developed by Social Services Department of Eduardo Mondlane University. In order to reach the established objectives; we carried out the case study in a qualitative approach, with a sample of 20 students and 6 professionals of Social Assistance. Then we applied the questionnaires and survey as instruments of data collection for the purposes of our research. And we used the reflections of Pedro Demo (1999), who considers Social Policies as programs of governmental actions which aims to reduce social inequalities by creating the emancipation of citizenship. From the research we noted the necessity of reversing conceptions, perceptions and prejudices, which is related to: values, attitudes, and political cultures of the Social Services Department. Furthermore, it must be transformed with urgency in order to have right and help. Through research it was possible to conclude that the student assistance is an important tool which may guarantee the right to the formation of students who can't afford to study due to economic condition. However, social, pedagogical and psychological aspects should be included in the student's follow-up.

Key words: Student Assistance; Social Assistance; Student Scholarship Holders.

LISTA DE ABREVIATURAS

Siglas e Abreviaturas	Designação
CNU	Conselho Universitário
DRA	Direcção do Registo Académico
DSS	Direcção dos Serviços Sociais
FONAPRACE	Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
UEM	Universidade Eduardo Mondlane

ÍNDICE

DECLARAÇÃO DE HONRA	ii
DEDICATÓRIA.....	iii
AGRADECIMENTOS	iv
RESUMO	v
ABSTRACT.....	vi
LISTA DE ABREVIATURAS	vii
CAPITULO I- INTRODUÇÃO	2
1.1. Contextualização Histórica da Assistência Estudantil	4
1.2. Problemática.....	6
1.3. Pergunta de pesquisa	7
1.4. Hipóteses	7
1.5. Objectivos.....	8
1.5.1. <i>Geral</i>	8
1.5.2. <i>Específicos</i>	8
1.6. Delimitação do Tema	9
1.7. Justificativa.....	9
CAPÍTULO II – REVISÃO DA LITERATURA.....	11
CAPÍTULO III - ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL	18
3.1. Política social	18
3.2. Serviço Social.....	20
3.3. Estudante Bolseiro.....	21
3.4. Caracterização das Bolsas Estudantis	21
3.4.1. <i>Bolsa Completa</i>	22
3.4.2. <i>Bolsa Reduzida</i>	23
3.4.3. <i>Bolsa de Mérito</i>	23
3.4.4. <i>Bolsa de alimentação e alojamento</i>	24

3.4.5. <i>Assistente social</i>	24
3.4.6. <i>Assistência Estudantil</i>	25
3.4.7. <i>Assistência Social</i>	26
CAPÍTULO IV – METODOLOGIA	27
4.1. Natureza da Pesquisa.....	27
4.2. Método de Abordagem.....	27
4.3. Método de Procedimento	28
4.4. Técnicas de Recolha de Dados.....	28
4.5. População e Amostra.....	29
4.6. Aspectos Éticos da Pesquisa	29
4.7. Análise e Tratamento de Dados	30
CAPÍTULO V. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DO TRABALHO DE CAMPO	31
5.1. Perfil sócio-demográfico dos estudantes.....	31
5.2. Percepções dos estudantes sobre Assistência Estudantil	31
5.3. Percepções dos profissionais da Direcção dos Serviços Sociais da UEM que actuam no Departamento de Assistência Social	36
5.4. Recomendações para à Direcção dos Serviços Sociais da UEM	42
CONCLUSÃO	44
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	46
APÊNDICES	50
APÊNDICE 1.....	51
<i>Questionário para o Departamento de Assistência Social</i>	51
APÊNDICE 2.....	54
<i>Inquérito para Estudantes Beneficiários da Bolsa Completa</i>	54
ANEXOS.....	56

CAPITULO I – INTRODUÇÃO

O propósito de fornecer a assistência aos estudantes, a Universidade Eduardo Mondlane criou a Direcção dos Serviços Sociais, que tem como a missão de prestar apoio social aos estudantes e proporcionar as melhores condições da camada estudantil. Ora, é neste contexto que se aborda, o presente trabalho intitulado: *Assistência Estudantil na Universidade Eduardo Mondlane: Um Estudo Sobre a Direcção dos Serviços Sociais (2013 – 2015)*.

A pesquisa tem como objectivo primordial, compreender as percepções dos actores sociais sobre a assistência estudantil desenvolvida pela Direcção dos Serviços Sociais no acompanhamento dos estudantes bolseiros da Universidade Eduardo Mondlane, de modo específico o estudo procura, identificar os programas sociais desenvolvidos pela Direcção dos Serviços Sociais na Assistência Estudantil dos estudantes bolseiros; descrever as contribuições da Direcção dos Serviços Sociais na assistência estudantil e por último, apresentar recomendações de modo, a dinamizar o acompanhamento dos estudantes bolseiros.

A Assistência Estudantil é um mecanismo que garante ao direito social. E representa um importante instrumento para a efectivação do direito à educação superior, especialmente quando se refere aos estudantes que sofrem as consequências das desigualdades sociais, presentes na sociedade (VASCONCELOS, 2010).

Partimos do princípio de que a assistência estudantil é um direito social, assim sendo, faz-se necessária a compreensão da referida política social no contexto universitário. Dessa forma, a presente pesquisa distingue-se das demais que analisam a assistência estudantil na perspectiva de carência económica do estudante. Porém, este estudo centraliza-se na visão dos actores sociais sobre seus pontos de vista, visto que, quando os estudantes não têm o devido acompanhamento, gera-se o incumprimento de direito do estudante, todavia, o estudante é um actor social que pode participar activamente na assistência estudantil.

Nessa perspectiva, consideramos que a situação da assistência estudantil precisa de ser compreendida em um cenário mais amplo (para além de ingressar na universidade e ter apoios financeiros), portanto, torna-se necessário o acompanhamento de estudantes bolseiros. Para o efeito, levantamos a seguinte pergunta de partida: *Quais são as percepções dos actores sociais que norteiam a assistência estudantil, desenvolvida pela Direcção dos*

Serviços Sociais no Acompanhamento dos Estudantes Bolseiros da Universidade Eduardo Mondlane?

Entretanto, no que se refere ao campo de estudo, optou-se pelas residências universitárias localizadas nos Campus principal da UEM, na cidade de Maputo e relativamente ao grupo alvo, nos focamos em estudantes bolseiros, quanto ao período analisamos de 2013 à 2015, a escolha deste espaço temporal, justifica-se pelo facto de que, verificou-se reajustamento ou reformas nas políticas sociais, a título de exemplo: o aumento de subsídio financeiro na bolsa e reabilitação da maior residência estudantil denominada “Self” e do centro de saúde universitária.

Em termos metodológicos, o método utilizado na pesquisa é um estudo de caso de natureza qualitativa, e utilizamos como técnica de recolha de dados a pesquisa bibliográfica e como instrumentos realizou-se entrevista por questionário e inquérito.

Sob o ponto de vista estrutural, é constituído por cinco capítulos, no primeiro capítulo abarca a parte introdutória, de seguida a contextualização histórica da assistência estudantil, a problemática, as hipóteses, os objectivos, a delimitação do tema e a justificativa. O segundo capítulo constitui a revisão da literatura onde apresentamos a produção académica sobre diferentes abordagens.

No terceiro capítulo encontramos o enquadramento conceptual, onde definimos os conceitos usados. No quarto capítulo temos a metodologia aplicada para elaboração de trabalho.

No quinto capítulo, reservou-se a apresentação dos resultados do trabalho de campo, com destaque: as percepções dos actores sociais envolvidos na Assistência Estudantil da Universidade Eduardo Mondlane no caso específico à Direcção dos Serviços Sociais no acompanhamento dos estudantes. E por último, apresentamos as recomendações; a conclusão; as referências bibliográficas que nos ajudaram na elaboração do nosso trabalho; os apêndices e os anexos que serviram de suporte na recolha dos dados da pesquisa.

¹ A maior residência universitária da UEM localiza-se na Avenida Amílcar Cabral n°1254.

1.1 Contextualização Histórica da Assistência Estudantil

Para melhor compreensão da Assistência Estudantil, faz-se necessário entender a trajetória do contexto internacional sob uma perspectiva histórica, fazendo menção as principais fases, ao longo do tempo. Muitos estudos vêm sendo desenvolvidos para melhor compreender e analisar as políticas públicas voltadas à educação no ensino superior, porém, importa observarmos no contexto internacional na literatura disponível sobre a temática para posteriormente analisarmos no contexto nacional.

No Brasil, a primeira acção de assistência estudantil ocorreu no ano de 1930, com a construção da Casa do Estudante do Brasil no Rio de Janeiro. Em 1931, dois importantes decretos foram promulgados e tiveram influência na educação superior no Brasil, sendo os seguintes: a criação do Conselho Nacional de Educação pelo Decreto nº 19850/31 e o decreto referente o Estatuto da Organização das Universidades Brasileiras pelo Decreto nº 19851/31 (KOWALSKI, 2012).

Nesta fase, de acordo com o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis a assistência estudantil, preconizava a doação de fundos a estudantes necessitados, por meio do fornecimento de material escolar, bolsa de estudo, assistência alimentar e médica, de forma, a garantir a igualdade de oportunidades aos estudantes das instituições de ensino superior. Proporcionar as condições básicas para a permanência na instituição; assegurar aos estudantes os meios necessários ao pleno desempenho acadêmico e, para contribuir na melhoria do sistema universitário, deste modo, prevenindo e erradicando a retenção dos estudantes, decorrentes de dificuldades socioeconómicas (FONAPRACE, 2012).

Em países como Estados Unidos, França e Chile, há uma grande preocupação com a permanência dos estudantes nos cursos superiores, de modo que a maior parte deles recebem algum tipo de apoio para se manter nas Universidades. No caso dos Estados Unidos, cerca de 95% dos estudantes de ensino superior recebem financiamento para custear seus estudos, que colaboram para a manutenção de estudantes de baixa renda na Universidade (COSTA, 2010). Na assistência estudantil, o maior órgão de fomento é o governo, que abarca cerca de 50% dos auxílios destinados aos estudantes de graduação e pós-graduação, a verba é oferecida directamente ao estudante independente de sua renda.

Na França foi criado, em 1989, pelo Ministério da Educação, o Observatoire National de la vie Etudiante² com o intuito de fornecer informações sobre a vida dos estudantes de todos os níveis de ensino e suas relações com o estudo. As pesquisas são realizadas periodicamente e servem para auxiliar o governo na elaboração de políticas voltadas para os estudantes (COSTA, 2010). No contexto universitário, o Observatório utiliza como critério para seus estudos, dimensões bastante detalhadas no que diz respeito à vida académica dos estudantes universitários: moradia, transporte, alimentação, saúde, financiamento dos estudos, aspectos psicológicos, relações com o ambiente académico e cultura.

A título de exemplo, na Université Paris Sorbonne³, há diversos tipos de apoio aos estudantes, com departamentos de informações gerais relacionadas à vida universitária (organizações, equipamentos, habitação, trabalho, actividades de lazer, subsídios, empréstimos); aconselhamento sobre os problemas pessoais e familiares; serviços sobre bolsas de estudo; departamentos de medicina preventiva; assistência psicológica; planeamento familiar e serviços sociais.

No Chile, a assistência estudantil se intensificou na década de 1980, quando foi criado um pacote voltado para educação superior, o qual modificou o financiamento universitário. No início, o programa era voltado para concessão de crédito educativo, e posteriormente, deu-se prioridade a assistência estudantil como forma de apoiar os estudantes de baixa renda. Segundo o Ministério da Educação de Chile, cerca de 68,5% dos estudantes matriculados no ensino superior recebem algum tipo de apoio do governo chileno (COSTA, 2010).

No contexto moçambicano, a Universidade Eduardo Mondlane existe desde 1968, o ano em que foi criado os Serviços Sociais (actual Direcção dos Serviços Sociais), que tem como missão implementar a política social dentro da própria Universidade através da prestação de apoios, benefícios e serviços aos estudantes que pela sua condição de residência e alimentação, oriundos das diversas regiões do País, com maior prioridade fora da cidade de Maputo de modo a proporcionar melhores condições de estudo e de trabalho a comunidade Universitária. (NICOLS, 1998 apud FROY, 2011).

² Observatório Nacional da Vida Estudantil é um órgão pertencente ao governo francês que fornece informações sobre a vida dos estudantes.

³ Universidade de Londres.

1.2. Problemática

A UEM com o propósito de fornecer à Assistência estudantil, criou em 1968, a Direcção dos Serviços Sociais (DSS), que tem como missão implementar a política social de modo, a prestar apoio social aos estudantes, e proporcionando serviços de forma a melhorar as condições da camada estudantil.

De acordo com a UEM (2012), explicita no Regulamento de Bolsa de Estudo, que a Universidade concede, anualmente, apoios aos estudantes mais necessitados, com maior prioridade para os oriundos de fora da Cidade de Maputo; estudante bolseiro é considerado todo aquele estudante que declara e prova a sua condição de carência económica e financeira através de documentos próprios para se beneficiar de apoio por parte do Estado.

A universidade cumpre o papel de enquadrar os estudantes na formação, mas cabe aos profissionais que trabalham na assistência estudantil contribuir para a elaboração das estratégias de intervenção aos problemas (abandono e cancelamento de matrícula) que afectam a comunidade académica, que por vezes criam a impossibilidade do estudante bolseiro concluir a formação.

Conforme a UEM (2012), entendemos que a assistência estudantil é uma ferramenta importante, que visa garantir o direito à formação dos estudantes que não conseguem financiar seus estudos, devido a condição de carência económica para que possam suportar as despesas do ensino superior.

Embora, assistência estudantil tenha como finalidade de proporcionar recursos e mecanismos para que os estudantes possam permanecer na universidade e concluir seus estudos, mas essas políticas não devem se voltar apenas para a parte económica, devendo também ser trabalhadas em consonância com aspectos pedagógicos e psicossociais, ou seja, a partir de uma “política pública de assistência estudantil não apenas voltada para as questões de subsistência material, mas também preocupada com as questões emocionais, pensando o indivíduo como um todo” (GONÇALVES, 2008, p. 31).

Assim sendo, a assistência estudantil deve compreender acções que proporcionem desde as condições de moradia, de saúde, de alimentação, de transporte, de recursos financeiros e deve incluir o acompanhamento necessário à formação profissional nas áreas do conhecimento, às necessidades educativas especiais e serviços para a comunidade estudantil.

De realçar que, embora a dimensão económica esteja acima mais evidenciada, recorrendo ao regulamento de bolsa de estudo do ano 2012, produzido pela UEM, quando relata “o estudante bolsheiro é considerado todo aquele que declara e prova a sua condição de carência económica”, porém, a assistência estudantil, compreende várias outras dimensões a saber: aspectos de ordem sociais, pedagógicos, psicológicos e o processo de acompanhamento estudantil.

Nessa perspectiva, consideramos que a situação estudantil precisa de ser compreendida em um cenário mais amplo (para além de ingressar na universidade e ter apoios financeiros), portanto, torna-se necessário o acompanhamento de estudantes bolsheiros. Assim sendo, consideramos que o problema deste estudo prende-se com a questão da Assistência Estudantil no acompanhamento dos estudantes bolsheiros na Universidade Eduardo Mondlane, de modo ampliar a participação dos beneficiários da bolsa de estudo na produção de conhecimento, melhoria do desempenho académico e qualidade de vida estudantil.

1.3. Pergunta de pesquisa

Nesta óptica iniciamos a desenvolver o presente estudo, formulando a seguinte questão de partida:

- ✓ Quais são as percepções dos actores sociais que norteiam a assistência estudantil desenvolvida pela Direcção dos Serviços Sociais no acompanhamento dos estudantes bolsheiros da Universidade Eduardo Mondlane?

1.4. Hipóteses

- ✓ H1: A assistência estudantil desenvolvida pela Direcção dos Serviços Sociais no acompanhamento dos estudantes bolsheiros é uma ferramenta importante, que visa garantir o direito à formação dos estudantes que não conseguem custear seus estudos, devido a condição económica;
- ✓ H2: A assistência estudantil prestada Direcção dos Serviços Sociais no acompanhamento dos estudantes bolsheiros, não deve apenas ser observada nas questões de ordem económica, mas também deve se enquadrar os aspectos de ordem sociais, pedagógicos e psicológicos.

1.5. Objectivos

1.5.1. Geral

- ✓ Compreender as percepções dos actores sociais (Direcção dos Serviços Sociais e estudantes bolsiros) sobre a assistência estudantil desenvolvida pela Direcção dos Serviços Sociais no acompanhamento dos estudantes bolsiros da Universidade Eduardo Mondlane.

1.5.2. Específicos

- ✓ Identificar os Programas Sociais desenvolvidos pela Direcção dos Serviços Sociais na Assistência Estudantil dos estudantes bolsiros da Universidade Eduardo Mondlane;
- ✓ Descrever as contribuições da Direcção dos Serviços Sociais na prestação da assistência estudantil para acompanhamento dos estudantes bolsiros;
- ✓ Verificar o acompanhamento dos estudantes bolsiros que perdem a bolsa antes da conclusão do curso;
- ✓ Apresentar recomendações para dinamizar o acompanhamento dos estudantes bolsiros.

1.6. Delimitação do Tema

Neste trabalho, pretendemos compreender as percepções dos actores sociais sobre a Assistência Estudantil. Entretanto, no que se refere ao campo de estudo, optamos pelas residências universitárias pertencentes à Universidade Eduardo Mondlane localizada no Campus principal da UEM, na cidade de Maputo onde temos a Direcção dos Serviços Sociais responsável pela prestação da assistência estudantil.

A escolha do local para a realização do estudo, deve-se pelo facto de este lugar reunir os sujeitos de pesquisa no único recinto espacial, ao longo do campus principal da UEM ou seja, este recinto contém a Direcção dos Serviços Sociais e as residências estudantis.

Relativamente ao grupo alvo nos focamos em profissionais da Direcção dos Serviços Sociais especificamente o Departamento de Assistência Social e os estudantes bolseiros, por sua vez, estudantes residentes nas residências universitárias, no que se refere ao horizonte temporal delimitado, consideramos as balizas temporais que vão de 2013 à 2015, pois é o período que se verificou reajustamentos ou reformas nas políticas sociais (aumento de subsídio financeiro) e a reabilitação da residência número 1 denominado “self” e do centro de saúde universitário.

1.7. Justificativa

A Assistência Estudantil no contexto universitário caracteriza-se como um mecanismo de garantia ao direito social e um instrumento importante para a efectivação do direito à educação superior. Todavia, trata-se de uma política que visa responder às demandas dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconómica, de modo, ampliar a participação na produção de conhecimento, na melhoria do desempenho académico e na qualidade de vida estudantil.

A Relevância deste estudo reside na necessidade de compreender as percepções dos actores sociais (Direcção dos Serviços Sociais e estudantes bolseiros) sobre a assistência estudantil desenvolvida pela UEM, visto que, a Universidade é um espaço de aprendizagem e composta por pessoas de diferente faixa etária, locais de origem e classe económica.

Conforme a UEM (2012), a Universidade disponibiliza bolsas de estudo aos estudantes que pela sua condição crítica de residência e alimentação, oriundos das diversas regiões do País, com maior prioridade fora da cidade de Maputo. Porém, os estudantes que perdem bolsa de

estudo são excluídos sem direito do acompanhamento, ficando desprotegidos socialmente o que se caracteriza hoje como um grande desafio a ser enfrentado pelos profissionais que actuam na DSS.

Nesta linha de pensamento, percebe-se que a realidade da formação universitária é contraditória em relação às próprias condições dos estudantes, porque, nem todos os estudantes que ingressam na Universidade permanecem no curso, alguns abandonam os estudos. Ora, nesta perspectiva interessa compreender a forma como o estudante vem sendo assistido pela Direcção dos Serviços Sociais, com vista a garantir a formação académica.

Dito isto, quando os estudantes não têm o devido acompanhamento, gera-se o incumprimento de direito do estudante. Porém, parte-se do princípio de que a assistência estudantil é um direito social, portanto, torna-se necessário a compreensão da referida política social no contexto universitário.

Dessa forma, a presente pesquisa distingue-se das demais encontrando uma possibilidade de discussão acerca da prática da assistência estudantil prestada pela DSS, tomando em consideração que o estudante é um sujeito que pode participar activamente na política social da assistência estudantil, como actor social.

O trabalho é relevante, na medida em que procura compreender o acompanhamento prestado pela Direcção dos Serviços Sociais da UEM aos estudantes. Com a compreensão desta temática, ligada a assistência estudantil contribuirá para o aperfeiçoamento da intervenção dos profissionais do Serviço Social em benefício daqueles que usufruem dos serviços.

Na prática o estudo poderá contribuir para a captação dos problemas existentes no contexto universitário, deste modo, dialogando com os actores sociais da assistência estudantil, de modo, apresentar as propostas de acompanhamento aos estudantes. Em termos teóricos, o trabalho vem contribuir para a literatura, de vido a insuficiência de estudos científicos de carácter social sobre a questão do acompanhamento dos estudantes bolseiros na UEM. São alguns dos indicadores que condicionaram a escolha do tema.

CAPÍTULO II – REVISÃO DA LITERATURA

Neste capítulo, pretendemos apresentar a produção académica na área da Assistência Estudantil, como vista, demonstrar estudos realizados, no que diz respeito a temática em causa. Sendo assim, faremos uma discussão de ideias de diferentes autores tendo em conta os pontos convergentes e divergentes dos mesmos.

A Assistência Estudantil é uma temática abordada em diversas literaturas, com destaque na área do Serviço Social e da Educação. No debate sobre a temática da Assistência Estudantil no contexto universitário, podemos destacar duas abordagens distintas.

A primeira abordagem, tem como representantes, Souza (2012), Vasconcelos (2010), Silveira (2012) e Menezes (2012), este grupo de autores são considerado de menos críticos que defendem a ideia central, segundo qual, as políticas sociais são operacionalizadas pelas Universidades que representam o Estado, enquanto os estudantes representam a Sociedade, remetendo a ideia do contracto social, que visa garantir os direitos sociais dos estudantes em situação de carência económica.

Por outro lado, temos a segunda abordagem que procura contrariar os argumentos da primeira abordagem, estes por sua vez autores, afirmam que Assistências Estudantil nas instituições de ensino superior, está inserida numa lógica de racionalidade capitalista, onde os limites habitam na busca dos Direitos Humanos à educação, valorizando as políticas neoliberais, assumindo a assistência estudantil à tese de serviço que envolvem gastos e não área de direito. Esta abordagem é representada por autores como Kowalski (2012), Leite (2012), Stolf (2014), Graeff (2014).

Indo ao encontro da primeira abordagem, Souza (2012), desenvolveu um estudo, em que analisou os programas de assistência estudantil, no período de 2003 à 2010, esta pesquisa realizou entrevistas com estudantes bolsiros do programa denominado “Bolsa Ação Permanência⁴” que exige como contrapartida ao valor recebido que o estudante seleccionado desenvolva actividades académicas, no âmbito da extensão, monitoria ou estágio. Entretanto para o autor, o estudante para receber este benefício deve comprovar baixa condição socioeconómica, conforme a legislação do referido programa solícita.

⁴. A Bolsa Permanência é um auxílio financeiro ao académico em situação de vulnerabilidade socioeconómica, de forma a contribuir com as suas despesas básicas durante o período de graduação na Universidade. Disponível em: <<https://www.ufms.br/aluno/bolsas-de-estudo>> Acesso em: 21 abr. 2017.

Segundo autor, permanência nas Instituições de Ensino Superior não se restringe à matrícula, mas às condições económicas para arcar com as despesas mínimas exigidas para cursar o ensino superior, não basta garantir o acesso, é necessário propiciar também a permanência dos estudantes que garantirem o término de seu curso (SOUZA, 2012, p. 141). Para nossa realidade estudantil dos bolsheiros da Universidade Eduardo Mondlane, podemos enquadrar a experiência da monitoria ou estágio, de modo, que o estudante desenvolva actividades académicas como acontece no “Programa Bolsa Ação Permanência”.

Na mesma linha de abordagem, Vasconcelos (2010), desenvolveu uma pesquisa que defendeu a educação como um direito fundamental e a assistência estudantil como mecanismo de direito social. A pesquisa destacou a necessidade de proporcionar condições financeiras básicas para a permanência dos estudantes, prevenindo a evasão dos alunos de “baixa renda”.

O autor afirma que, a assistência estudantil, enquanto mecanismo de direito social, tem como finalidade prover os recursos necessários para transposição dos obstáculos e superação dos impedimentos ao bom desempenho académico, permitindo que o estudante desenvolva-se perfeitamente bem durante a graduação e obtenha um bom desempenho curricular, minimizando, dessa forma, o percentual de abandono e de cancelamento de matrícula (VASCONCELOS, 2010, p. 609).

Porém, sabe-se que a permanência estudantil nas universidades é um desafio para a educação superior, pois as políticas governamentais para o ensino superior, implementadas, conduzem resultados pouco significativos em termos de redução da evasão dos estudantes que iniciam os cursos. Isto é, os desencontros entre a legislação e a realidade em conexão com a necessidade de acções efectivas por parte do poder público estatal, para os estudantes que frequentam as instituições de ensino superior.

Na mesma perspectiva Silveira (2012), realizou um estudo onde argumentou que a permanência está relacionada ao apoio financeiro, que os estudantes empobrecidos cheguem ao término de suas trajetórias académicas, de forma satisfatória. De acordo com Silveira, as políticas de assistência estudantil, enquanto políticas sociais de direito, devem contribuir para reduzir os efeitos das desigualdades sociais.

Segundo Silveira (2012, p.11), a política de assistência estudantil, enquanto política social de direito operacionalizado no âmbito da educação, “deve contribuir para reduzir os efeitos das

desigualdades sociais através da criação de mecanismos que viabilizem a permanência de estudantes empobrecidos, em cursos de nível superior, permitindo que cheguem ao término da trajetória académica de forma satisfatória”.

Por sua vez, Menezes (2012), ainda dentro da mesma perspectiva da política assistência estudantil como mecanismo de garantia ao direito social, em sua dissertação, realizou um estudo sobre o programa assistência estudantil, entendendo-a como um importante instrumento para a efectivação do direito à educação superior pública, gratuita e de qualidade. Qualidade esta que o acesso democrático, por si só, não propicia, especialmente quando se refere a determinado segmento de estudantes que sofrem as consequências das desigualdades sociais, presentes na sociedade.

Entretanto, concordamos com Menezes (2012, p. 110), que a política da assistência estudantil, deve ser analisado como um direito imprescindível ao pleno exercício de cidadania e como parte essencial de um processo que busca a igualdade e a justiça social. Contudo, a política da assistência estudantil na Universidade Eduardo Mondlane deve contribuir para a permanência e conclusão de curso. A assistência estudantil deve ser vista como um instrumento de inclusão que deve abranger especialmente estudantes provenientes dos segmentos historicamente excluídos e inviabilizados.

Depois de tudo que acima foi exposto, podemos notar que estes autores tomam a assistência estudantil na óptica de contrato social, onde os direitos sociais são da responsabilidade do Estado que representa a Universidade na provisão dos benefícios sociais ao estudante que por sua vez o grupo estudantil representa a Sociedade.

Vejamos as limitações desta primeira abordagem prendem-se ao facto de tal política de assistência estudantil não ser universal, mas sim limitada a acções focalizadas, assistencialistas e conservadora, ou seja limita-se nas questões das dificuldades socioeconómicas dos estudantes, esquecendo-se outros factores que contribuem para permanência na universidade como por exemplo acompanhamento social e a participação dos estudantes na agenda programática da universidade.

Procurando contrariar os argumentos da primeira perspectiva, bem como colmatar as lacunas deixadas pela primeira abordagem, que defendem mais a provisão financeira em relação aos outros benefícios sociais, aos estudantes bolsiros. Porém surgem autores que procuram

questionar a assistência estudantil posicionando-se na lógica do mercado e tomando assistência estudantil como investimento no ensino superior.

Nesta perspectiva da análise crítica, Kowalski (2012) realizou um estudo a respeito da Política de Assistência Estudantil e a efectivação de direitos para os estudantes que ingressam nas instituições de ensino superior. Os resultados permitiram identificar que as medidas políticas adoptadas nas últimas décadas rebatem na retracção das políticas de educação superior para que se tornem mais diversificadas, flexíveis e competitivas com a contenção dos gastos, conforme as tendências do mercado.

Para Kowalski, há uma forma de pacificação da questão social na actualidade, atrelada ao fortalecimento político dos governantes mediante a política de assistência social por meio da concessão de bolsas que criam “o mito social da inclusão, da cidadania e da redução das desigualdades para despolitizar e obscurecer a raiz da questão social” (KOWALSKI, 2012, p. 149). Em outras palavras, a concessão de “bolsas” a fim de minimizar os efeitos da pobreza nada mais é do que a “mentalização da política social”.

Desse modo, o autor conclui que as possibilidades e os limites relacionados à garantia de direitos aos estudantes de ensino superior revelam uma dinâmica entre a progressão e a regressão na formalização da assistência estudantil, em que se possam desocultadas as tutelas assistencialistas do Estado, a lógica do mercado que incide na formatação dos programas e naturalização da questão social que, por meio da concessão de benefícios socioeconómicos na forma de bolsas faz com que perdure a concepção de efectivação e garantia de direitos (KOWALSKI, 2012).

Os limites estão nos condicionamentos à igualdade dos Direitos Humanos à educação que, em tempos de valorização de políticas neoliberais e da hegemonia dos mercados, associam a assistência estudantil à lógica de serviço e não de direito. A título de exemplo, assistência estudantil na UEM os estudantes que perderam bolsas de estudos e que ainda necessitam do apoio da assistência estudantil e são excluídos sem direito do acompanhamento, ficando desprotegidos socialmente o que se caracteriza hoje como um grande desafio a ser enfrentado pelos profissionais que actuam na nos serviços sociais da UEM.

Na mesma linha de raciocínio, por sua vez, Leite (2012) apresentou em seu artigo que relata serie de conjunto de factores contemporâneos que tornam imperioso a construção e

implementação de uma Política de Assistência Estudantil abrangente e universal nas universidades públicas, indo na contramão da lógica custo/benefício que hoje se impõe. Para tanto, parte da análise dos Programas de Assistência Estudantil, seus critérios e condicionalidades, informados no campus das Universidades. Autora sustenta que a maior parte das bolsas ditas de “Permanência” constituem-se em modalidades de trabalho pelos estudantes, e não em Programas de Assistência Estudantil.

Na pesquisa, a autora conclui que o desafio posto é o de retirar o carácter focal, residual e selectivo hoje conferido às políticas de assistência, transformando a Assistência Estudantil em um direito de todo estudante, e não um favor para alguns, em geral, classificados como “carentes”, pôs sistematicamente a assistência estudantil de carácter universal.

Conforme a autora clarifica que, em síntese priorizar o acesso e a permanência dentro de uma Política de Assistência Estudantil significa entender, antes de mais nada, que ambos são parte de um processo contínuo e, portanto, só serão efectivados mediante políticas estruturais auferidas e usufruídas por todo e qualquer discente, e financiadas totais com verba do Estado. Assim procedendo, a Universidade estará garantindo a efectivação da assistência ao estudante como um direito, transformando-a definitivamente em uma política pública (LEITE, 2012, p. 471).

Para o nosso caso de estudo, é fundamental a universidade ter pesquisas constantes para compreender a situação da assistência estudantil nos estudantes bolsheiros da UEM, podendo-se apoiar nos resultados das análises dos dados das pesquisas constantes que permitem avançar no entendimento dos efeitos, por meio de indicadores, de como as políticas públicas têm influenciado na permanência, ou não, dos discentes na instituição.

Conforme Stolf (2014), analisou o programa Bolsa Estudantil, o projecto orquestrado para a permanência de estudantes no ensino superior simboliza a correlação de forças entre movimentos sociais, governo e sociedade civil, e é determinado por valores capitalistas. As políticas públicas educacionais predominam a ideia de assistência estudantil como objecto de inclusão social de estudantes vulneráveis socioeconomicamente na educação

Nesse sentido, vem crescendo o número de apoios financeiros individualizados para os estudantes vulneráveis socioeconomicamente, principalmente por meio da Bolsa, uma tendência focalizada nas políticas governamentais de assistência ao estudante e constata que a

balança vem fixando-se para o lado da assistência focalizada, sob o argumento da inclusão social (STOLF, 2014, p. 142).

Por sua vez, a autora argumenta, também, que a assistência estudantil é um campo em disputa por um lado a defesa de apoios para estudantes em situação socioeconômica vulnerável e, por outro, a luta do movimento estudantil em busca de políticas de permanência de caráter universal.

Comungamos com ideia de que, a assistência estudantil é campo de luta de classes e seu espaço de disputa envolve a criação da consciência crítica da classe estudantil, como há existência da Associação dos Universitário (AEU-UEM), dentro da universidade remete-nos que esta Associação Estudantil busca resolver as contradições, isto é, a negociação com a Direção dos Serviços Sociais sobre a situação dos estudantes da Universidade Eduardo Mondlane.

Seguindo a mesma perspectiva Graeff (2014), aborda em sua dissertação a temática da política de assistência estudantil. A autora advoga que a construção da Política de Assistência Estudantil se instaurou sob influências de organismos internacionais, cujas lógicas concebem a educação como mercadoria, que acreditam que as políticas sociais devem ser focalizadas. Nesse sentido, a influência nociva da Organização Mundial do Comércio (OMC), vai reflectir em todas as operações comerciais do planeta. Assim, as universidades são sujeitas a dançar conforme a música dos organismos internacionais.

A instabilidade da Política de Assistência Estudantil, que ora garante a permanência do estudante e ora o exclui devido a inúmeros aspectos que condicionam a continuidade dos benefícios oferecidos, como a precariedade das ações que visam à permanência e o preconceito (GRAEFF 2014, p. 30). Dessa forma, a educação vai atender à demanda do mercado em detrimento de uma formação comprometida com a crítica, e a Política de Assistência Estudantil não vai abarcar a todos que dela necessitam para se manter na universidade.

Cruzando as ideias dos autores, chegamos a conclusão de que à assistência estudantil muitas vezes é associada a questão de “investimento” e alimentada pela mercantilização da política de educação no ensino superior. Os posicionamentos que os autores relatam da Assistência Estudantil, que não vão alcançar a todos que dela necessitam para se manter em seus cursos e

nas Instituições de Ensino Superior. Nesse sentido, tal política educacional não é universal, mas limitada a acções assistencialistas, excludentes, onde há insuficiência de recursos, de profissionais e em alguns casos a falta de compromisso político na implementação.

Depois da exposição bibliográfica, colaboramos com a segunda perspectiva, na medida em que a Assistência Estudantil é um direito de todo estudante, e não um favor para alguns, em geral, classificados como “carentes”, pôs sistematicamente a assistência estudantil deve ter um carácter universal (LEITE, 2012).

Ora, face ao exposto, pretendemos desenvolver o nosso estudo, procurando compreender de que maneira o estudante vem sendo assistida pela universidade, diante do contexto de redução dos direitos sociais conforme preconizado pela agenda neoliberal o benefício do direito como mérito, afirmando que direito passa por dever do beneficiar mostrar que merece usufruir do direito (GRAEFF, 2014).

CAPÍTULO III - ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL

Nesta fase, pretendemos clarificar os principais conceitos que nos conduzirão na compreensão da assistência estudantil no contexto universitário. Deste modo, para o efeito, consideramos os seguintes conceitos a serem definidos: *Política Social, Serviço Social, Estudante bolseiro, Assistência social, Assistente social e Assistência estudantil*. Contudo, definiremos aqueles que julgamos melhor explicar os propósitos do nosso trabalho.

3.1. Política Social

A Política Social refere-se: “à Política dos governos relacionada à acção que exerça um impacto directo sobre o bem-estar dos cidadãos, ao proporcionar-lhes serviços ou renda” (MARSHALL, 1967, p.7). Portanto, para a efectivação das políticas sociais, subentende-se que o Estado deve evidenciar seu compromisso, através de investimentos de carácter social; deve estabelecer programas prioritários de acordo com o diagnóstico e as urgências; deve sugerir políticas compensatórias e de redistribuição de renda; deve atender estritamente as necessidades humanas e assegurar um padrão, que garanta cidadania ao usuário do serviço (op.cit).

Para efeitos do nosso estudo foram considerados as reflexões de Pedro Demo. Segundo o autor, as políticas sociais são “programas de acção governamentais voltados para o propósito de redução das desigualdades sociais” (DEMO, 1994, p. 14). Assim, para Demo (op.cit), a política social pode ser caracterizada como uma proposta planejada de forma, a enfrentar as desigualdades sociais.

No caso específico da Assistência Estudantil, por tratar-se de uma política desenvolvida no âmbito das universidades, guarda especial relação com a educação e com as oportunidades sociais que são mediadas por intermédio do sistema universitário. Enquanto política social é importante que a assistência ao estudante esteja inserida e ancorada no campo dos direitos sociais, para tanto, é fundamental que ela assuma algumas características necessárias para uma política social que pretende reduzir efectivamente as desigualdades e inserir-se no campo dos direitos sociais é a capacidade de promover a emancipação dos assistidos (DEMO, 1994).

Ao abordar a questão da política social, é importante fazer uma necessária distinção entre a assistência e o assistencialismo. Assim sendo, o assistencialismo pode ser definido como uma

forma de “cultivo do problema social sob a aparência de ajuda”, capaz de desmobilizar a cidadania do assistido além de provocar dependência, humilhação (DEMO, 1994, p. 20). Dessa forma, o assistencialismo difere-se da assistência porque não se insere no campo dos direitos, não contribui para a emancipação e superação das desigualdades.

De acordo com, Política Social não é ajuda, piedade ou voluntariado. Mas o processo social, por meio do qual o necessitado gesta consciência política de sua necessidade, e, em consequência emerge como sujeito de seu próprio destino, aparecendo como condição essencial de enfrentamento da desigualdade sua própria actuação organizada (DEMO, 1994, p. 25).

Por outro lado, o autor clarifica que uma política assistencial que não pretenda restringir-se ao campo da ajuda, do favor, necessariamente deve comprometer-se com o processo de emancipação dos assistidos, que se realiza principalmente por meio da participação e poder de decisão dos interessados.

Assim sendo, a Assistência Estudantil pode ser considerada como uma política preventiva, na medida em que é capaz de actuar nas raízes do problema, evitando esperar problemas surgir para depois intervir. Paraphrasing Demo (1994), a Assistência Estudantil, pode viabilizar o desempenho académico do estudante, quando o acompanhamento for previamente e de forma participativa.

Essa concepção é importante neste trabalho, pois a assistência estudantil deve divulgar e institucionalizar parcerias capazes de ampliar o atendimento dos estudantes bolsheiros revelando-se como “um mecanismo emancipatória dos assistidos, oferecendo condições de cidadania”, ou seja, participação na vida social e na universidade (DEMO, 1994, p. 25). Para o nosso estudo, a política assistência estudantil na Universidade Eduardo Mondlane, consideramos como um mecanismo de garantia ao direito social, entendendo-a como um importante instrumento para a efectivação do direito à educação superior pública.

3.2. Serviço Social

Segundo Yamamoto (2007), o Serviço Social é uma profissão de carácter sociopolítico, crítico e interventivo e tem sua actuação pautada nas diversas expressões da Questão Social⁵. Entretanto, actua em diversos espaços institucionais, estando presente, também, no contexto universitário, onde predominam exigências específicas de atendimento relacionadas à permanência dos estudantes. Nessa perspectiva, os Assistentes Sociais têm actuado como agentes executores da Política Estudantil, mas ainda na concepção, gestão, implementação e avaliação da mesma.

As primeiras acções entre Serviço Social e o campo educacional estão datadas em 1906, nos Estados Unidos, quando os profissionais eram designados como visitantes para estabelecer elo entre as escolas e as famílias, e para averiguar as razões da evasão escolar (PIANA, 2009). A passo que, na América Latina, o trabalho do assistente social na área escolar, buscava a relação da escola com a comunidade através da participação da família, sendo também bastante chamado para actuar no pós Segunda Guerra Mundial, quando os profissionais de Serviço Social eram convocados para “reorganizar” a sociedade, fruto das mudanças ocorridas no contexto histórico.

Cabe ainda assinalar, conforme Piana (2009, p. 5), que nesse momento, a questão social é vista a partir de forte influência do pensamento social da Igreja, que a trata como questão moral, como um conjunto de problemas sob a responsabilidade individual dos sujeitos que os vivenciam, embora situados dentro de relações capitalistas.

O Serviço Social actua na área das relações sociais, mas sua especificidade deve ser buscada nos objectivos profissionais por meio de um corpo de conhecimentos teóricos, método de investigação e intervenção e um sistema de valores e concepções ideológicas. Para Yamamoto (2010, p.19), “pensar o Serviço Social na contemporaneidade requer os olhos abertos para o mundo contemporâneo para decifrá-lo e participar de sua recriação”. Esta decifração requer, no entanto, uma gama de conhecimentos que permita compreender o que está sendo observado e quais os condicionantes se envolvem na dada situação, tanto em uma perspectiva

⁵ Em síntese “questão social” pode ser entendida como as contradições inerentes na relação entre capital e trabalho. Para Yamamoto (2007, p.77) “A *questão social* não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, entre o proletariado e a burguesia”.

macro social, quanto em uma perspectiva mais individual em que subjectividades estejam em questão.

Deste modo, faz-se necessário o Serviço Social indagar-se continuamente sobre a posição que assume nos dias actuais, visto que ultrapassa a função de apoiar, isto é, não espera que o mal apareça, mas sim busca mecanismo que garantem os indivíduos, a família ou o grupo a viver em harmonia com seus semelhantes, a fortalecerem-se a nível moral, e cultural a fim de enfrentar as mudanças económicas, sociais que se constituem no mundo actual.

O Serviço Social na Universidade tem como principal função a promoção e valorização do ser humano, tendo em conta “a satisfação das necessidades sociais, concernente a alimentação, alojamento, assistência médica, assistência psicossocial, lazer e recreação” (FONAPRACE, 2012, p.29).

3.3. Estudante Bolseiro

Segundo UEM (2012), o estudante bolseiro é considerado todo aquele que tenha sido atribuída parte ou totalidade da bolsa de estudos, que declara e prova a sua condição de carência económica e financeira através de documentos próprios para se beneficiar de apoio por parte do Estado ou outra entidade que se mostre sensível pela situação de vulnerabilidade do estudante.

3.4. Caracterização das Bolsas Estudantis

De acordo com o Regulamento de Bolsa de Estudo, na UEM, existe a Bolsa Completa, a Reduzida e Bolsa de Mérito, de alimentação e alojamento ou de alojamento. Por sua vez, a Bolsa de estudos, entende-se como o apoio em bens e/ou serviços de que é beneficiário o estudante carente de recursos financeiros, destinado a suportar parte dos encargos com a frequência e conclusão do curso ministrado na Universidade Eduardo Mondlane (UEM, 2012).

3.4.1. Bolsa Completa

De acordo com Regulamento de Bolsa de Estudo, no capítulo II do Artigo nº 5, publicado na Deliberação nº 87/CUN⁶/2012 pela UEM, a Bolsa completa é aquela que habilita o beneficiário ao alojamento, alimentação, assistência médica e medicamentosa, gastos correntes e isenção de pagamento de propinas. A bolsa completa, tem por beneficiário o estudante que, comprovadamente, se mostrar carente de meios económico-financeiros para suportar o acesso, decurso e conclusão do curso de nível superior. Pode candidatar-se estudantes, inscritos para os exames de admissão ou matriculados na UEM, desde que o requeiram dentro do prazo estabelecido e cumpram com as formalidades que preencham os requisitos necessários.

Na atribuição de bolsas de estudos, são ponderados os factores idade e género, privilegiando-se os mais novos e os requerentes do sexo feminino. A bolsa é paga em períodos mensais no valor 2000.00 mt, por via de transferência bancária, valor este que vem sendo ofertado desde do ano 2015. De lembrar que em 2013 o valor era de 1350 meticais. As bolsas de estudos são actualizadas anualmente, mediante apresentação de prova de actualização de matrícula, de inscrição, de aproveitamento pedagógico positivo e de bom comportamento, estes são os requisitos para manter a bolsa (UEM, 2012).

Para efeito do aproveitamento pedagógico positivo, considera-se a aprovação de pelo menos setenta e cinco por cento (75%) de todas as disciplinas a que devia estar inscrito, de acordo com o plano de estudos em vigor. Por sua vez, o direito à bolsa de estudos é garantido pelo período normal de duração do curso do candidato, desde que aproveitamento pedagógico seja de setenta e cinco por cento ou então cem por cento (UEM, 2012). Caso contrário, o estudante perde o total direito do benefício, porém, a perda da bolsa deveria ser em de grau, talvez assim o estudante não se sentiria desprotegido socialmente, por exemplo da bolsa completa para à reduzida e assim sucessivamente.

⁶ Conselho Universitário é o órgão máximo de função normativa, deliberativa e de planeamento da Universidade nos âmbitos académico, administrativo, financeiro, patrimonial e disciplinar.

3.4.2. Bolsa Reduzida

Conforme o Regulamento de Bolsa de Estudo, a bolsa reduzida é aquela que contempla o benefício de alimentação, assistência médica e medicamentosa, gastos correntes e isenção de pagamento de propinas, mas com exclusão do alojamento. A bolsa reduzida tem por beneficiário o estudante que, comprovadamente, se mostrar carente de meios económico-financeiros para suportar o acesso, decurso e conclusão do curso de nível superior, não necessitando, porém, do benefício de alojamento (UEM, 2012).

A indisponibilidade de fundos e da idade do candidato são factores que condicionam os estudantes admitidos a usufruírem da bolsa reduzida, isto é, os estudantes com a bolsa reduzida de antemão concorrem a bolsa completa mas por motivos institucionais são fornecidos as outras bolsas com menos benefícios sociais.

3.4.3. Bolsa de Mérito

De acordo com Regulamento de Bolsa de Estudo, “a bolsa de mérito é aquela contempla o alojamento, alimentação, assistência médica e medicamentosa, gastos correntes e isenção de pagamento de propinas e superior ao valor atribuído aos beneficiários da bolsa completa” (UEM, 2012, p.7).

A bolsa de mérito é atribuída ao estudante que comprovadamente tiver tido bom aproveitamento pedagógico e constitua um talento por promover e desenvolver, independentemente da sua idade e da sua situação socioeconómica, desde que nunca tenha sido excluído ou reprovado, desde o ano da sua matrícula, em nenhuma das disciplinas a que devia estar inscrito, de acordo com o plano de estudos. Poderão candidatar-se à bolsa de mérito os estudantes que tenham concluído no ano lectivo anterior todas as disciplinas do nível a que pertencem com média anual igual ou superior a 17 (dezassete) valores (UEM, 2012).

3.4.4. Bolsa de alimentação e alojamento

Segundo o Regulamento de Bolsa de Estudo, a bolsa de alimentação e alojamento são a bolsa que habilita o beneficiário à alimentação, ao alojamento, à isenção de propinas, assistência médica e medicamentosa, sem, contudo, contemplar outro benefício, por sua vez, é atribuída a estudantes que, não sendo elegíveis a bolsa completa, porém provenientes de outras regiões (distritos ou Províncias) distantes do local onde se encontra localizada a Faculdade ou Escola Superior, necessitam de habitação para a prossecução dos seus estudos (UEM, 2012).

Na atribuição da bolsa, a Universidade Eduardo observa os seguintes princípios: a disponibilidade financeira da UEM; a nacionalidade; a carência económico-financeira; a idade do candidato; o rendimento pedagógico do estudante; a transparência do processo de organização e atribuição da bolsa (UEM, 2012).

3.4.5. Assistente Social

Para Iamamoto (2010), o Assistente Social é um profissional que tem como objecto de trabalho a questão social com as suas diversas expressões, formulando e implementando propostas para a sua intervenção, por meio das políticas sociais, públicas, empresariais, de organizações da sociedade civil e movimentos sociais.

De acordo com Souza (2005), ensino superior é um espaço sócio-ocupacional do Serviço Social (Assistente Social) há bastante tempo, actuando nos serviços e projectos de extensão, nos hospitais universitários, na execução de assistência estudantil, junto às residências e restaurantes universitários.

Conforme, explicita Souza (2005, p. 33), nas universidades, o Assistente Social tinha como actividades de organizar as refeições e residências estudantis, aprovar bolsa de estudo e ter atenção à saúde dos estudantes. E, ainda, a tarefa de sensibilizar os universitários em relação aos problemas da comunidade, promovendo, deste modo, as conferências sobre os problemas da actualidade e a realização de actividades em bairros marginalizados, como destaca o autor.

No que se refere à democratização dos serviços sociais, no sentido de criar possibilidades de uma gestão democrática no espaço institucional, o assistente social é importante interlocutor no incentivo à participação nos espaços decisórios, como os conselhos universitários, associações ou movimentos estudantis, nas diversas comissões deliberativas que se formam, entre outros.

Dessa forma, o assistente social poderá facilitar o processo de realização da intersectorialidade entre as políticas sociais, por meio do fortalecimento da rede, na realização do mapeamento e visitas institucionais, a participação e os encaminhamentos dos estudantes para o atendimento, como a política de saúde e assistência social (SOUZA, 2005).

Quanto à dimensão socioeducativa, o profissional pode actuar junto com a comunidade académica proporcionando os espaços reflexivos e de publicação. Trazendo a discussão de diferentes temas que perpassam pelo ambiente universitário, podendo-se utilizar de instrumentos técnico operativos como as palestras, campanhas socioeducativas, grupos reflexivos, entre outros para a emancipação dos estudantes nos programas sociais.

3.4.6. Assistência Estudantil

Conforme Silveira e Fernandes (2012), fizeram um importante esclarecimento sobre a confusão conceitual que ocorre entre assistência estudantil e assistência social. Os autores procuram evidenciar as diferenças conceituais entre as políticas de assistência estudantil e aquelas de assistência social. Porém, torna-se importante esclarecer que assistência estudantil é diferente de assistência social, pois estas, apesar de serem similares em alguns pontos, como, por exemplo, a selectividade no atendimento, são duas políticas sociais diferentes, com regulamentações e objectivos específicos, trata-se de políticas sociais diferentes.

Conforme o autor clarifica que, enquanto a assistência estudantil tiver como propósito a estratégia de combate às desigualdades sociais e regionais, bem como a sua importância para a ampliação e a democratização das condições de acesso e permanência dos jovens no ensino superior, a política de assistência social visa prover os mínimos sociais, por meio de um conjunto integrado de acções de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas (SILVEIRA, 2012).

Segundo Fernandes (2012), a análise das políticas de assistência estudantil e as de assistência social não existem só divergências, mas também convergências ambas visam assistir ao indivíduo, ainda que cada uma se situe em área específica, bem como se fundamente em critérios de selecção e análise, leis e documentos pertinentes a cada uma delas.

Assim sendo, a política de assistência social pode servir de parâmetro para acções da assistência estudantil, mas nunca nortear as suas acções com seus documentos. Assistência

estudantil é uma política vinculada a educação, promovida no interior das Instituições de Ensino Superior (FERNANDES, 2012).

Portanto, a política da assistência estudantil tem uma dimensão macro de elevar o nível de vida da camada estudantil, a passo que a assistência social é nível micro visa manter o mínimo em termo de alcance das necessidades estudantis. Todavia, é importante, que assistência estudantil seja tida a partir de uma perspectiva mais ampla que possibilite mapear os problemas sociais e desenvolver estratégias de intervenção.

É preciso, por exemplo, dar maior atenção à intervenção do Serviço Social e enfatizar sua importância nesse campo específico. Assim sendo, Assistência Estudantil se torna cada vez mais importante no campo educacional e a actuação do Assistente social, dentro de uma perspectiva intersectorial, é cada vez mais demandada.

3.4.7. Assistência Social

A Assistência Social é geralmente um Seguro Social onde o Estado disponibiliza e administra recursos, cabendo ao beneficiário comprovar a sua condição de vulnerabilidade económica, não sendo necessárias quaisquer contribuições (QUIVE, 2007).

Para Cislaghi e Silva (2012), a assistência social incide sobre a parcela da população que se encontra nas camadas da pobreza ou da extrema pobreza e objectiva prover o que seria o mínimo social para a reprodução do ser humano.

Assim, através dessa política, o assistente social poderá, por um lado, em práticas metodologias próprias para a garantia de direitos, criando uma forma de intervenção que agregue a prestação de serviços sócio assistenciais por um lado, mas articulando a dimensão socioeducativa de outro. Actuando tanto de forma a possibilitar o acesso à permanência no ensino superior, como no desenvolvimento de uma compreensão crítica com relação aos direitos sociais e a cidadania.

CAPÍTULO IV – METODOLOGIA

Neste capítulo, pretendemos apresentar os procedimentos metodológicos que foram utilizados para elaboração do trabalho. Tomando em consideração o tipo de pesquisa que conduziu, o nosso estudo e as técnicas utilizadas para colecta de dados.

Em termos de procedimentos metodológicos, a realização deste trabalho baseou-se em duas fases, nomeadamente: Revisão bibliográfica e Trabalho de Campo. Relativamente à Revisão bibliográfica, fez-se a consulta do material publicado, como livros, revistas, jornais, teses, dissertações e material electrónico. A segunda etapa fundamentou-se no Trabalho de Campo, que compreendeu a definição da população e amostra, por sua vez, os instrumentos de colectas de dados utilizados deram-se através de entrevistas por questionários (Apêndice 1) e inquérito (Apêndice 2).

4.1. Natureza da Pesquisa

A natureza da pesquisa realizada é qualitativa. Pois procura compreender os fenómenos por meio de análise de experiências individuais ou grupais, partindo da investigação, experiências, relações ou documentos (LAKATOS; MARCONI, 2010). Nessa perspectiva, buscou-se compreender as percepções dos actores sociais na assistência estudantil. No entanto, Este tipo de pesquisa ajudou-nos a compreender a Política de Assistência Estudantil na UEM.

4.2. Método de Abordagem

Este estudo baseou-se no método de abordagem dedutivo, uma vez que de vários casos com os quais tivemos um contacto indirecto por meio da literatura, pretendemos obter uma conclusão particular para o nosso estudo. Segundo Marconi e Lakatos (2003), dedução é um processo mental por intermédio do qual, partindo de dados gerais, para conclusões particulares, importa salientar o raciocínio dedutivo não busca a generalização, ou seja, os resultados são válidos apenas para o caso em estudo.

4.3. Método de Procedimento

No que diz respeito ao método, optou-se pelo estudo de caso, pois de acordo com Lakatos e Marconi (2010), esta é uma estratégia de pesquisa aconselhada, se o propósito for aprofundado, assim, compreendendo as determinadas situações ou factos e, dando o significado aos envolvidos. Portanto, justifica-se a escolha deste procedimento, visto que, o propósito da pesquisa é de compreender as percepções dos actores sociais na assistência estudantil.

4.4. Técnicas de Recolha de Dados

Para a recolha de dados foram realizadas entrevistas, no espaço físico do campus da UEM-DSS. Optou-se pela realização de entrevistas com 20 estudantes bolsistas e 6 profissionais da DSS actuando no departamento de Assistência Social. Foi organizado um conjunto de questões básicas, permitindo que os sujeitos manifestassem suas opiniões e reflexões sobre as acções da política de assistência da UEM, em seu âmbito de actuação.

Sendo assim, os instrumentos de colectas de dados utilizados deram-se através de questionário e inquérito. Essa escolha justificou-se pelo intuito de obter uma maior padronização das respostas precisas, conforme referência Chizzotti (1998), o questionário consiste em um conjunto de questões pré-elaboradas, sistemática e sequencialmente dispostas em itens que constituem o tema da pesquisa, com o objectivo de suscitar dos informantes respostas por escrito ou verbalmente sobre o assunto que os informantes saibam opinar ou informar.

Quanto ao inquérito, é uma técnica de investigação que permite a recolha de informação directamente de um interveniente na investigação, através de um conjunto de questões organizadas, segundo uma determinada ordem. Estas podem ser apresentadas ao respondente de forma escrita ou oral. Esta é uma das técnicas mais utilizadas neste estudo, justifica-se a aplicação de inquérito, pois permite obtenção de informação, sobre determinado fenómeno, através da formulação de questões que reflectem atitudes, opiniões, percepções, interesses e comportamentos de um conjunto de indivíduos (TUCKMAN, 2000).

4.5. População e Amostra

Os sujeitos da pesquisa foram seleccionados por meio de amostragem não probabilística, do tipo intencional, constituída por vinte beneficiários do programa de assistência estudantil ingressos nos anos de 2013 à 2015 e seis profissionais da Direcção dos Serviços Sociais, que actuaram no Departamento de Assistência Social. Entretanto, justifica-se a aplicação da amostragem não probabilística do tipo intencional, pelo facto, de ser aplicável em pesquisas exploratórias ou de carácter qualitativo, que não tem preocupação com o rigor estatístico, (GIL, 2008).

Conforme Mattar (2001), neste tipo de amostra intencional, o pesquisador está interessado na opinião (acção, intenção etc.) de determinados elementos da população e a selecção para compor a amostra. Isso depende em parte do julgamento do pesquisador ou do entrevistador no campo. Isto é, não há nenhuma chance conhecida, de que um elemento qualquer da população venha a fazer parte da amostra. Nessa perspectiva, procurou-se seleccionar indivíduos, levando-se em consideração os sujeitos que poderiam servir como fontes de informação a respeito da assistência estudantil desenvolvidos pela DSS.

4.6. Aspectos Éticos da Pesquisa

Em pesquisas com seres humanos, existem aspectos a serem considerados para uma organização da investigação, de modo a garantir uma participação informada e ética. No Primeiro momento, o trabalho foi encaminhado a Directora dos Serviços Sociais da UEM, para a sua avaliação e a aprovação. Após análise, o trabalho de pesquisa foi aprovado.

De modo, a observar as questões éticas adoptamos o consentimento informado, por escrito ou oral. Segundo Diniz e Sugai (2008), Consiste em informar os entrevistados acerca dos objectivos e dinâmica da pesquisa, com vista, a garantir a confidencialidade e o anonimato dos indivíduos para preservamos identidade dos participantes. Assim sendo, antes de iniciar a busca das informações contidas no instrumento de colecta de dados, foi explicado seus objectivos, a justificativa e a metodologia da pesquisa.

Por fim, foram esclarecidas as dúvidas referentes ao estudo e sobre o preenchimento dos instrumentos de colecta de dados, conforme as directrizes e normas estabelecidas pelas questões éticas na pesquisa científica que envolve os seres humanos. Outro aspecto

importante foi a garantia de liberdade de participação, de desistência, de sigilo e de acesso todas as informações produzidas durante a colecta de dados e aos resultados da pesquisa.

4.7. Análise e Tratamento de Dados

Para análise e a interpretação, após a colecta dos dados, realizou-se o tratamento com base na técnica de análise de conteúdo. Sistematizamos os dados obtidos, apresentando os resultados de cada uma das questões investigadas. Utilizou-se a análise de conteúdo de Bardin (2006), seguindo a regra da homogeneidade, cujas palavras-chave das respostas foram identificadas quanto à frequência e agrupadas de acordo com a semelhança.

Para Moraes (1999), a análise de conteúdo constitui uma metodologia de pesquisa usada para descrever e interpretar o conteúdo de toda a classe de documentos e textos. A técnica de interpretação de análise vai se construindo, conduzindo as descrições sistemáticas, qualitativas ou quantitativas, e ajuda a reinterpretar as mensagens atingindo um entendimento de seus significados.

CAPÍTULO V- APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DO TRABALHO DE CAMPO

Neste capítulo, temos como objectivo apresentar os resultados do trabalho de campo, onde se procura a luz da abordagem escolhida se para compreender as percepções dos actores sociais na assistência estudantil tendo em consideração os objectivos já propostos. De modo específico, descrever-se-á o perfil sócio-demográfico dos estudantes; identifica-se os Programas Sociais desenvolvidos pela Direcção dos Serviços Sociais na Assistência Estudantil, as contribuições da mesma no acompanhamento dos estudantes bolseiros; verificar-se-á o acompanhamento dos estudantes que perdem a bolsa antes da conclusão do curso e, por último, apresentar-se-á recomendações para dinamizar o acompanhamento dos estudantes bolseiros.

5.1. Perfil sócio-demográfico dos estudantes

Este subcapítulo visa apresentar o perfil sócio-demográfico dos entrevistados. Os nossos entrevistados são provenientes das regiões norte, centro e sul do País, dos quais 10 são do sexo masculino e 10 do sexo feminino. Divididos em vários cursos, com idades que variam entre 19 e 25 anos, como ilustram os dados: Maputo-02; Sofala-10; Cabo Delgado-02; Nampula-02; Niassa-03 e Zambézia-01. Os sujeitos da pesquisa estavam constituídos segundo os seguintes cursos: Serviço Social (3); Arquitectura (1); Educação Ambiental (1); Arquivística (1); Arqueologia e Gestão do Património Cultural (1); Tradução Português/Francês (1); Cartografia e Pesquisa Geológica (1); Medicina (2); Biologia Marinha Aquática e Costeira (5); Meteorologia (1) e Ecologia e Conservação da Biodiversidade Terrestre (3).

5.2. Percepções dos estudantes sobre Assistência Estudantil

Neste momento, é pertinente compreender as percepções dos beneficiários da bolsa do estudo quanto à assistência estudantil desenvolvida pela DSS nos programas sociais. Questionou-se sobre o entendimento que os estudantes têm da assistência estudantil, 50% dos entrevistados entendem que o programa de assistência estudantil prestado pela DSS no acompanhamento aos estudantes é um direito; 25% entendem como privilégio; enquanto 15% estudantes acreditam que seja favor e 10% disseram que trata-se de uma ajuda assistência estudantil prestada pela DSS no acompanhamento aos estudantes.

De acordo com Menezes (2012, p. 107), concordamos que “a política da assistência estudantil, deve ser analisado como direito imprescindível ao pleno exercício de cidadania e como parte essencial de um processo que busca a igualdade e a justiça social”. Pode-se afirmar que, nesta pesquisa, de um modo geral, os discentes entendem a assistência estudantil como um dever que DSS tem de presta o acompanhamento dos estudantes de modo a garantir o acesso ao direito social dos beneficiários.

Como afirma Demo (1994), a Política Social não é ajuda, piedade ou voluntariado. Mas, o processo social, por meio do qual o necessitado gesta consciência política da sua necessidade, e, em consequência emerge como sujeito do seu próprio destino, aparecendo como condição essencial de enfrentamento da desigualdade sua própria actuação organizada.

Por outro lado, apoiando-se deste esclarecimento, podemos concluir que a assistência estudantil prestada pela DSS não pode ser implementado como uma ajuda ou favor, porém, a instituição deve comprometer-se com o processo de emancipação dos assistidos, que se realiza principalmente por meio da participação e acompanhamento estudantil.

Os estudantes quando questionados sobre a Direcção dos Serviços Sociais se tem prestado acompanhamento aos estudantes bolseiros, 60% dos entrevistados disseram que assistência é de forma limitada, enquanto 25% afirmam que não há acompanhamento e 15% consideram que assistência é prestada de forma plena. Esses dados revelam que ainda há um fraco acompanhamento dos estudantes bolseiros, o que acaba por interferir no baixo aproveitamento pedagógico. Assim, a implicação desta constatação pode se comprovar na fala abaixo:

“Deve-se fazer um acompanhamento directo aos estudantes e não apenas procurar saber deles pelas pessoas que os representa” (Estudante, Arquivística, 4º ano, Maputo).

A compreensão da assistência estudantil enquanto direito do estudante é um requisito fundamental para que o acesso à educação não se esgote no ingresso mais do que transferir benefícios financeiros aos estudantes em situação de vulnerabilidade social. Contudo, é necessário que este estudante seja assistido e acompanhado pela DSS para que outras intervenções possam ser realizadas.

Os beneficiários da bolsa estudantil, quando indagados sobre o nível de participação dos estudantes bolsheiros nos programas sociais prestados pela DSS, conforme os dados 75% dos entrevistados afirmaram que nível participativo é satisfatório; a passo que 15% consideram mau e 10% afirmaram bom. A participação é um dos indicadores importantes nos programas sociais, de modo a captar se o programa está a atender o propósito pelo qual visa, conhecer as reais necessidades e demandas do público-alvo. Isto significa que deve haver à necessidade de elevar o nível de participação dos estudantes nos programas sociais, conforme a fala abaixo clarifica:

“As informações não chegam aos estudantes bolsheiros, não há comunicação entre os estudantes e DSS” (Estudante de Arquitectura, Niassa, 2015).

A Assistência Estudantil pode considerar-se como uma política preventiva, na medida em que é capaz de actuar nas raízes do problema no meio da participação evitando esperar os problemas para a sua respectiva intervenção. A Assistência pode viabilizar o desempenho académico do estudante, quando o acompanhamento for previamente e de forma participativa.

Conforme os dados relatam 50% dos entrevistados acreditam que os serviços prestados pela DSS são relevantes, Já os 40% afirmaram que os serviços de pouca relevância e 10% disseram que não são relevantes os serviços prestados pela DSS no acompanhamento dos estudantes bolsheiros.

Quando questionados os beneficiários sobre a situação da assistência social desenvolvidas pela DSS. Conforme os dados, enquanto 50% dos entrevistados afirmam que o programa de assistência estudantil prestado pela DSS piorou nos últimos (3) três anos, 35% dizem que melhorou e 15% afirmaram que manteve.

Por meio das entrevistas realizadas na UEM, verificou-se a necessidade de avaliação do programa de assistência social, de modo que os serviços desenvolvidos pela DSS no acompanhamento dos estudantes bolsheiros possam estar a nível de atender as demandas actuais, entretanto, permitindo conhecer e avaliar as reais necessidades dos beneficiários da assistência estudantil da UEM e fornecendo os indicadores para a implementação de novas acções e reformulação das já existentes.

Com base nos dados expostos, percebe-se que o conhecimento sobre regulamento de bolsa de estudo 60% dos entrevistados conhecem de forma razoável, já no que se refere a uma apreensão sólida sobre regulamento de bolsa de estudo, 20% disseram possuir um bom conhecimento e mesmo percentual afirmou que não tem conhecimento sobre regulamento de bolsa de estudo.

A respeito da pergunta “*qual é mínimo de percentagem (%) do Aproveitamento pedagógico para manter a bolsa, de acordo com o regulamento em vigor?*”, os dados apontam que 75% dos entrevistados sabem que o estudante pelo menos deve possuir setenta e cinco por cento de aprovação; enquanto 15% responderam que não sabiam o percentual recomendado.

No que tange ao mínimo de percentagem (%) do aproveitamento pedagógico para manter a bolsa, verificou-se que um número maioritário sabe o aproveitamento pedagógico exigido para manter a bolsa, de acordo com o regulamento. Para efeito do aproveitamento pedagógico positivo, considera-se pelo menos setenta e cinco por cento (75%) de todas as disciplinas a que devia estar inscrito, de acordo com o plano de estudos em vigor. Por sua vez, o direito à bolsa de estudos é garantido pelo período normal de duração do curso do candidato, desde que aproveitamento pedagógico seja de setenta e cinco por cento ou então cem por cento, caso contrário estudante perde o total direito do benefício.

Como forma de contribuir para a assistência estudantil prestada pela DSS no acompanhamento dos estudantes, buscou-se ouvir os beneficiários da bolsa sobre possíveis propostas para desenvolvimento dos Serviços Sociais na UEM, ao se compilar as informações constatou-se de que, quase todos os estudantes entrevistados, disseram que “DSS deve prestar o acompanhamento aos estudantes bolseiros, nas suas dificuldades, de modo a alcançar o bem-estar da comunidade estudantil”.

Essas informações são importantes, pois, demonstram a compreensão da assistência estudantil enquanto direito do estudante e como requisito fundamental para que o acesso à educação.

Isso pode ser percebido nas explicitações apresentadas pelos estudantes, como, por exemplo:

“Ter técnicos, funcionários ou profissionais que saibam o que é Serviço Social propriamente dito para que não possam ajudar, mas sim fazer ou garantir a proteção social como ver direito dos estudantes. Passar do assistencialismo, porque

o Serviço Social não é ajuda, nem favor, deve-se cumprir com os direitos” (Estudante de Serviço Social, 2015, Sofala).

Junto a isso, há o desafio de garantir a uniformidade do trabalho da DSS em todas as unidades por meio da implementação de estratégias que possibilitam um trabalho mais coeso e integrado. Considerada a responsabilidade da DSS, faz-se conhecer melhor que o seu grupo-alvo e, conseqüentemente, garantir direitos dos estudantes, de modo a chegar até ao fim do curso com bolsa. Conforme se pode observar na fala do estudante:

“A DSS deve melhorar a sua prestação dos Serviços dando acompanhamento psicológico aos estudantes com objectivos de compreender os reais problemas que os estudantes enfrentam em cada semestre, fazer uma supervisão do desempenho do estudante, incluir o estudante no processo de tomada de decisão e elaboração de programas (Serviço Social, 2013, Nampula).

“Continuar a dar acompanhamento aos estudantes que perdem a bolsa, ao invés de retirar a bolsa arranjar medidas alternativas como uma forma de sanção porque o estudante não perde a bolsa por falta de conhecimento mas existem outros factores por detrás que afectam o psíquico do estudante” (Serviço Social, 2013, Nampula).

5.3. Percepções dos profissionais da Direcção dos Serviços Sociais da UEM que actuam no Departamento de Assistência Social

Nesta secção, buscamos captar e compreender as percepções dos profissionais da Direcção dos Serviços Sociais da UEM que agem no Departamento de Assistência Social, assim como a sua contribuição no processo do acompanhamento dos estudantes bolsiros e a execução de projectos desenvolvidos no âmbito estudantil.

No que tange ao programa de assistência estudantil, percebeu-se que este constitui um importante mecanismo para a materialização dos direitos sociais. Ora, para a compreensão da dinâmica do trabalho desenvolvido pelo Departamento de Assistência Social, foram entrevistados 06 profissionais.

Quando questionados qual era a percepção sobre a assistência dos estudantes bolsiros da Universidade Eduardo Mondlane, todos os entrevistados quase foram unânimes em afirmar: *“A assistência dos estudantes é positiva porque o departamento está para satisfazer as necessidades mínimas dos estudantes”*.

Como já afirmamos neste estudo, a assistência estudantil consiste num conjunto de acções que visam garantir a permanência do estudante no ensino superior. Essas acções que não se findam no económico, mas as demais dimensões do ser social.

Porém, somente um profissional de Assistência social disse que se tratava de um direito assistência estudantil, como pode ser verificado na fala abaixo:

“Acaba sendo um programa abrangente. Contudo, encontra barreiras na sua execução devido a falta dos recursos humanos e financeiros, e por vezes da não compreensão do fazer do Serviço Social, ou seja, na busca e luta por direitos dos estudantes como sujeitos de direito”. (Entrevista nº. 01, Maputo, 02/ 06/2017).

A partir da análise das falas transcritas, foi possível notar que muitos profissionais da Assistência Social da DSS não têm o significado muito claro do termo Assistência Estudantil e nem Assistência Social. A maioria dos profissionais entrevistados não entende a assistência estudantil como um programa que deve abranger as outras instâncias da vida académica. Todavia, os profissionais afirmam que a assistência estudantil é como uma ajuda e apoio. E, dentre entrevistados, poucos ressaltam como um dever da DSS prover o direito social dos

estudantes, portanto esta fraca compreensão referente à Assistência Estudantil compromete o direito social dos estudantes.

A dificuldade em explicar o conceito de assistência estudantil, portanto, pode estar associada ao modo como o tema foi abordado ao longo do tempo na DSS. O entendimento de assistência estudantil é focalizado na ideia de apoio a moradia e a alimentação, destacando a relevância do apoio a factores de ordem económica. Actualmente, apesar de avanços, os debates ainda são muito restritos.

Por esta razão, a definição da concepção de assistência estudantil ainda é muito limitada para todos os envolvidos. Ao mesmo tempo, percebe-se que nos últimos anos, a instituição vem adoptando uma série de acções para benefício dos estudantes, mas na maioria das vezes, são de carácter assistencialista, então, confundido com acções ao nível da Assistência Estudantil.

Em relação aos Programas de Benefícios Sociais propostos pela UEM, há uma preocupação no atendimento dos estudantes. Os entrevistados, quando questionados sobre os programas sociais implementados pelo Departamento de Assistência Social que visam garantir o acompanhamento aos estudante bolseiros na Universidade Eduardo Mondlane, afirmaram que:

“Existem programas na área da Saúde (ligado apenas ao acompanhamento no âmbito a visitas domiciliaries e hospitalar a meio prazo), programa de assistência no âmbito de recepção dos novos ingressos, integração nos alojamentos e explicações para estudantes com fraco aproveitamento” (Entrevistas nº. 01,02 e 06, Maputo, 04/07/2017).

A implementação da Política Social, da UEM através da prestação de apoios, benefícios e serviços de modo a proporcionar melhores condições de estudo e de trabalho a comunidade Universitária fazem parte da exigência da assistência estudantil, conforme aborda Vasconcelos (2010). Enquanto mecanismo de direito social, a assistência estudantil tem como finalidade de prover os recursos necessários para a transposição dos obstáculos e superação dos impedimentos ao bom desempenho académico, permitindo que o estudante se desenvolva perfeitamente durante a graduação e obtenha um bom desempenho curricular, minimizando, dessa forma, o percentual de abandono e de cancelamento de matrícula.

No que concerne ao impacto da assistência social no acompanhamento dos estudantes bolsheiros da Universidade Eduardo Mondlane, os entrevistados responderam afirmativamente:

“Os estudantes passam a usufruir (bem ou mal) do que são os direitos por normas estabelecidas pela UEM” (Entrevista nº. 01, Maputo, 02/ 06/2017).

“O impacto é positivo, resolve-se qualquer situação de estudantes bolsheiros” (Entrevista nº. 04, Maputo, 04/ 07/2017).

Conforme ilustra os relatos acima, assistência estudantil deve contribuir de forma satisfatória permitindo que o estudante conclua o curso, como argumenta Silveira (2012, p.11), a política de assistência estudantil, enquanto política social de direito operacionalizado no âmbito da educação, “deve contribuir para reduzir os efeitos das desigualdades sociais através da criação de mecanismos que viabilizem a permanência de estudantes empobrecidos, em cursos de nível superior, permitindo que cheguem ao término da trajetória académica de forma satisfatória”.

Contudo, os nossos entrevistados afirmam, positivamente, ao apontar para um padrão de melhoria no impacto. Porém, com mais recursos, tal indicador de melhoria iria ao encontro da política social que preza a melhor condição académica e a garantia dos direitos sociais a compreensão de que a garantia do acesso aos direitos não se refiram estritamente ao âmbito educacional, ou seja, que o objectivo não seja apenas de promover os meios para que o estudante se conclua o curso, mas garantir meios para que o mesmo possa a cessar todos os seus direitos.

No diz respeito aos desafios dos profissionais, quando questionadas sobre “quais são os principais desafios no acompanhamento dos estudantes bolsheiros”, apresentaram factores que condicionam, conforme as falas abaixo:

“A burocracia, a hierarquia institucional, a quando do fazer profissional de cada integrante da equipe multiprofissional” (Entrevista nº. 01, Maputo, 02/ 06/2017).

“Falta de recurso em todas vertentes para melhorar a qualidade do acompanhamento dos estudantes” (Entrevista nº. 03, Maputo, 04/ 07/2017).

Entretanto, a insuficiência de recursos, como relatam os entrevistados, e a escassez de profissionais para realizar o “*acompanhamento dos estudantes*”.

No que concerne, os maiores avanços que ocorreram nos últimos (3) três anos na assistência dos estudantes bolsheiros, os entrevistados, fizeram a menção:

“Criação da clínica Universitária, a reabilitação da residência denominada (self) proporcionando um alojamento digno para os estudantes” (Entrevista nº. 01, Maputo, 02/ 06/2017).

“Atribuição de alimentação através de desconto na Direcção de finanças” (Entrevista nº. 02, Maputo, 04/ 07/2017).

“Aumento do valor da bolsa de 1350 para 2000.00 mt, valor este que vem sendo ofertado desde de 2015 por via de transferência bancária” (Entrevista nº. 05, Maputo, 04/ 07/2017).

Estes relatos complementam a nossa delimitação temporal (2013-2015) que nos propomos em analisar neste trabalho. Entretanto, reconhecemos os avanços nos programas estudantis e exige-se mais o acompanhamento dos estudantes bolsheiros.

Quando indagado sobre o Departamento de Assistência Social se possuía uma equipa multiprofissional que actua no acompanhamento dos estudantes bolsheiros, todos os entrevistados foram unânimes em afirma que “sim”. Feita esta resposta afirmativa, questiona-se sobre a contribuição da equipa multiprofissional que actua no acompanhamento dos estudantes, um dos entrevistados expressou de forma clara que:

“A contribuição não é muito relevante, tendo em vista que, é composta por um: Nutricionista, uma psicóloga organizacional, uma socióloga e duas agentes técnicas, porém, há falta de mão-de-obra para um trabalho virado ao entendimento técnico e prático, como profissionais da área das ciências humanos para um entendimento da realidade totalizante que lutam pelo garantir e permanência dos estudantes e dos seus direitos” (Entrevista nº. 01, Maputo, 02/ 06/2017).

É de Salienta-se, a importância de outros profissionais para consolidação da Assistência Social na DSS, outro ponto que se verificou relevante para desenvolver um trabalho

satisfatório na assistência estudantil é a necessidade de recursos humanos qualificados para desenvolvimento de acções nas diversas ordens.

Os entrevistados, quando questionados se existe Assistente Social no Departamento de Assistência Social, afirmaram que “sim” e outros “não”. Comparando as respostas entre os profissionais, observamos a discordância 4 entrevistados afirmaram “não existe Assistente Social na DSS” e 2 dois afirmaram que sim existe. É importante esclarece que neste presente momento não existe mas nos anos anteriores a DSS possuía uma Assistente social. Esse facto chama-nos a atenção para a inclusão de Assistente Social na DSS, trata-se de uma competência profissional de inegável importância em razão do meio estudantil, decorrentes de inúmeras demandas postas à juventude.

De acordo com as respostas do Assistente Social pode contribuir no acompanhamento do estudante, assim, como consta das falas abaixo, que se segue:

“O Assistente Social pode contribuir desde a elaboração, execução de projectos de carácter interventivo que visam garantir os direitos dos estudantes” (Entrevista nº. 01, Maputo, 02/06/2017).

“Na selecção de estudante para atribuição de bolsa, na intervenção social e apoio psicossocial” (Entrevista nº. 03, Maputo, 2017).

Os resultados da pesquisa indicam que a necessidade da participação do Assistente social no programa de assistência estudantil. Assim sendo, se torna cada vez mais importante no campo educacional a actuação do Assistente social, dentro de uma perspectiva intersectorial, que é cada vez mais demandada.

O assistente social poderá pôr nas práticas metodologias próprias para a garantia de direitos, criando uma forma de intervenção que agregue a prestação de serviços sócio assistenciais por um lado, mas articulando a dimensão socioeducativa. Actuando tanto de forma a possibilitar o acesso e a permanência no ensino superior, tanto no desenvolvimento de uma compreensão crítica com relação aos direitos sociais e a cidadania.

Os entrevistados, quando questionados se no Departamento de Assistência Social, existe um programa para o acompanhamento dos estudantes bolseiros com fraco aproveitamento pedagógico? Todos foram unânimes em afirmam que “sim”, existe um projecto de apoio académico que consiste em aulas de explicação prestadas pelos estudantes com melhor

aproveito pedagógico para com estudantes com baixo rendimento pedagógico, as informações sobre o projecto de apoio académico é recente não havendo muitas actividades desenvolvida até o momento, ainda é muito cedo para se tirar conclusões definitivas acerca deste programa, mas pode-se afirmar um projecto fundamental para melhor aproveitamento pedagógico dos estudantes.

Questionou-se também se “ *o Departamento de Assistência Social possui um projecto ou programa de acompanhamento social aos estudantes que perdem a bolsa?* ” “Os entrevistados certificaram que “*sim*” que há existência de um programa de assistência estudantil, contrariando, desta feita, o que os estudantes afirmam que “*a DSS não possui um programa de acompanhamento social aos estudantes que perdem a bolsa*”, esta fala ilustra claramente conforme pode verificar-se na fala abaixo:

“A DSS deve acompanhar o estado ou situação social do estudante bolsista, de modo, a saber o que condiciona o estudante ao fraco aproveitamento pedagógico, principalmente aos que perdem bolsa” (Estudante de Biologia Marinha Aquática e Costeira, Sofala, 2013).

Como se pode observar na fala acima, a assistência estudantil na UEM, os estudantes que perdem a bolsa de estudo são excluídos sem direito do acompanhamento, ficando desprotegidos socialmente o que se caracteriza hoje como um grande desafio a ser enfrentado pelos profissionais que actuam na nos serviços sociais da UEM. Porém, não pretendemos influenciar sobre a questão perda ou não da bolsa, mas sim chamar atenção a DSS para intensificar o acompanhamento dos estudantes bolsistas.

Nesse sentido, vem crescendo o número de apoios financeiros individualizados para os estudantes vulneráveis socioeconomicamente. Conforme afirma Stolf (2014, p. 143), “a assistência estudantil é um campo em disputa por um lado a defesa de apoios para estudantes em situação socioeconómica vulnerável e, por outro, a luta do movimento estudantil em busca de políticas de permanência de carácter universal”.

5.4. Recomendações para a Direcção dos Serviços Sociais da UEM

Tendo como objectivo propor as acções para intervenção, que visa lançar um novo olhar sobre a política de assistência estudantil da Universidade Eduardo Mondlane, de forma que este programa, enquanto política social, possa atingir os objectivos declarados no próprio regulamento. Este institui e rege a assistência estudantil dos bolseiros na vertente a saber: Por meio de implementação de uma política social, contribuir na melhoria da qualidade de vida, formação, que contempla as necessidades do estudante desde moradia, alimentação, saúde, cultura, entre as outras condições de estudo e trabalho para comunidade estudantil (UEM, 2012).

No entanto, relativamente à contribuição para a assistência estudantil no acompanhamento dos estudantes bolseiros para a Direcção dos Serviços Sociais da Universidade Eduardo Mondlane, remendamos as seguintes actividades:

- ✓ Criar parcerias com alguns cursos, como Psicologia e Serviço Social para campos de estágio, que poderá alavancar a implementação das acções importantes, como acompanhamento dos estudantes bolseiros e a realização de atendimentos psicossocial.
- ✓ Incluir o Assistente Social no programa de assistência estudantil para consolidar a política de Assistência Social na DSS e desenvolver um trabalho com equipa multiprofissional. Assim, colaborando como desenvolvimento das acções de prevenção e promoção em todas as áreas sociais, através de campanhas socioeducativa que incluam palestras e estudos avaliativos com abordagens individuais e grupais.
- ✓ Divulgaras acções desenvolvidas no site da instituição para que a comunidade académica tenha conhecimento. Visto que, durante a pesquisa, se verificou que muitos estudantes não têm conhecimento dos projectos desenvolvidos pela Dessa forma, seria necessário que as informações relevantes fossem divulgadas e estivessem sob fácil acesso aos beneficiários da assistência estudantil.
- ✓ Realizar pesquisas anuais ou semestrais para que lhe permitam conhecer e avaliar as reais necessidades dos beneficiários da assistência estudantil da UEM e que,

posteriormente, possam fornecer indicadores para a implementação das novas acções e reformulação das já existentes;

- ✓ Criar um núcleo de acessibilidade ao propósito de acolher as demandas dos estudantes com deficiências físicas, de modo a que os estudantes possam ingressar, cursar e concluir a sua formação. Para tal, a Universidade deve reunir as condições estruturais, assim como, o corpo docente e técnico.

CONCLUSÃO

Ao finalizarmos este trabalho, que buscou compreender as percepções dos actores sociais sobre a assistência estudantil desenvolvida pela Direcção dos Serviços Sociais no acompanhamento dos estudantes bolsheiros da Universidade Eduardo Mondlane. Espera-se que o trabalho tenha fornecido subsídios para algumas discussões que sejam importantes no contexto universitário.

Tendo em consideração que, neste estudo, a Universidade cumpre o papel de enquadrar os estudantes na formação. Entanto, quanto à conclusão do curso, é da inteira responsabilidade que os profissionais da assistência estudantil tem de contribuir na elaboração das estratégias de intervenção nos problemas que, por um lado, afectam a comunidade académica, por outro lado, criam a impossibilidade do estudante bolsheiro concluir a formação.

Os dados da pesquisa confirmam a nossa primeira hipótese de que a assistência estudantil desenvolvida pela Direcção dos Serviços Sociais é uma ferramenta importante, que visa garantir o direito de formação dos estudantes que não conseguem custear os seus estudos, devido a condição económica.

Quanto à segunda hipótese, os dados do estudo sugerem que, a assistência estudantil prestada no acompanhamento dos estudantes bolsheiros pela Direcção dos Serviços Sociais não deve apenas ser observada pelas questões de ordem económica. Mas também, deve-se enquadrar aos aspectos de ordem sociais, pedagógicos e psicológicos do próprio estudante. Além disso, o estudo mostra que não podemos dissociar a assistência estudantil do acompanhamento dos estudantes bolsheiros que perdem a bolsa antes da conclusão do curso.

Em concordância com Demo (1999), verificou-se que há fraca compreensão dos profissionais entrevistados, pois, na sua maioria não entendem a assistência estudantil como um programa que deve abranger outras instâncias da vida académica. Mas, afirmam que a assistência estudantil é como “uma ajuda ou apoio”. Por isso, ressaltamos que a DSS tem o dever de promover o direito social dos estudantes, visto que a fraca compreensão referente à Assistência Estudantil compromete o direito social dos estudantes.

Nesse caso, é importante salientar que apesar dos avanços nos últimos três anos, o entendimento de assistência estudantil ainda é focalizada na ideia de apoio a moradia, a alimentação, assim, destacando a relevância do apoio na ordem económica. Porém, a

dificuldade de explicar o conceito, portanto, pode estar associada ao modo como a temática foi abordado ao longo do tempo pela DSS.

A partir da pesquisa de campo, foi possível captar as percepções dos actores, onde os estudantes relataram a assistência estudantil como um direito, pelo que se torna necessário a inversão da percepção e preconceitos da DSS. Por outro lado, deve ocorrer uma transformação de valores, atitudes e culturas políticas com a finalidade de desencadear acções, urgentemente, com vista a passar de assistencialismo (ajuda) para a assistência (direito). Dito de outra forma, a DSS deve dinamizar o acompanhamento dos estudantes bolsistas, como forma de contribuir para materialização dos direitos sociais no acesso ao ensino superior.

Espera-se que este trabalho possa contribuir no acesso aos dados levantados e as reflexões feitas no estudo, para que os profissionais, académicos, gestores, enfim, todos os interessados na temática no que se refere à assistência estudantil enquanto uma política social de direito. Também, o trabalho poderá servir de referência para os estudos posterior, devido escassez de referencial teórico sobre o tema no contexto moçambicano.

Portanto, precisamos de pensar e reflectir constantemente a importância da assistência estudantil e as acções desenvolvidas no contexto universitário. Este trabalho não pretende esgotar o assunto mas, sim, criar mais debates sobre o tema, aguardando pelos outros estudos sejam realizados sobre assistência estudantil, para o seu maior entendimento enquanto política de direito. Deste modo, seria de grande relevância o desenvolvimento das outras pesquisas sobre esta temática, envolvendo estudos sobre a forma de avaliação da política, monitoria e impacto das suas acções em relação a assistência estudantil, desenvolvida pela Direcção dos Serviços Sociais no contexto Universitário.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. 3 ed. Lisboa: Edições 70, 2006.

CISLAGHI, Juliana Fiuza; SILVA, Mateus Thomaz. *O Plano Nacional de Assistência Estudantil e o Reuni: ampliação de vagas versus garantia de permanência*. v. 14. Brasília: Revista SER Social.2012.

COSTA, Simone. *A equidade na Educação Superior: uma análise da Política de Assistência Estudantil*. 2010. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Programa de Pós Graduação em Sociologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010.

CHIZZOTTI, António. *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

DEMO, Pedro. *Política Social, Educação e Cidadania*. Campinas: Papyrus Editora, 1994.

DINIZ, D.; SUGAI, A. *Ética em pesquisa – temas globais*. In: DINIZ, D.; SUGAI, A.; GUILHEM, D.; SQUINCA, F. (Orgs.). *Ética em pesquisa: temas globais*. Col. *Ética em pesquisa*, v. 4. Brasília: Letras Livres – Ed. UnB, 2008.

FERNANDES, Nídia Gizelli de Oliveira. *A Política de Assistência Estudantil e o Programa Nacional de Assistência Estudantil: o caso da Universidade Federal de Itajubá*. 233 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2012.

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS. *Plano Nacional de Assistência Estudantil.2012*. Disponível em: <<http://www.andifes.org.br>> Acesso em: 04 dez. 2016.

FROY, Carlos Elídio. *Representações Simbólicas da Alimentação: Um Estudo Qualitativo na Bósnia do Tangará no Campus Universitário da UEM em Maputo-2010*. Monografia do Curso de Sociologia. Maputo: FLCS/UEM, 2011.

GIL, António Carlos. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 6ª edição São Paulo : Atlas, 2008

GONÇALVES, Geila Kullmann; POZOBON, Luciane. *Atendimento psicológico a estudantes universitários: relato de experiência no Ânima: Núcleo de Apoio ao Estudante, da Universidade Federal de Santa Maria*. In: KULLMANN, Geila Gonçalves et al. *Apoio Estudantil: Reflexões Sobre o Ingresso e Permanência no Ensino Superior*. Santa Maria: Editora UFSM, 2008.

GRAEFF, Betina Alves. *A Política de Assistência Estudantil na Universidade Federal: da Escola Pública para o Ensino Superior*. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, Porto Alegre. 2014.

KOWALSKI, Aline Viero. *Os (des) caminhos da Política de Assistência Estudantil e o desafio na garantia de direitos*. 2012. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2012.

IAMAMOTO, Marilda Villela. *O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 19ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 21ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

LEITE, Janete Luzia. *Política de Assistência Estudantil: direito da carência ou carência de direitos?* In: Revista SER Social, Brasília, v.14, n. 31. 2012.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Técnicas de Pesquisa*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de Metodologia Científica*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARSHALL, T. H. *Política social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MATTAR, F. N. *Pesquisa de marketing*. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MAY, T. *Pesquisa social: questões, métodos e processos*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MENEZES, Simone Cazarinde. *Assistência Estudantil na Educação Superior Pública: O programa de bolsas implementado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro*. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <http://www.maxwell.vrac.pucrio.br/20038/20038_1.PDF> Acesso em: 3 de dezembro de 2016.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Programa Nacional de Assistência Estudantil*. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pnaes.pdf>. Acesso em: 08 out. 2016.

MORAES, R. *Análise de conteúdo*. Revista Educação, Porto Alegre, V. 22, 1999.

PIANA, Maria Cristina. *A construção do perfil do assistente social no cenário educacional*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

QUIVE, Samuel. *Protecção Social em Moçambique: Uma Rede furada de Protecção Social*; Maputo, 2007.

UEM. *Regulamento de Bolsa de Estudo, Isenção e Redução de Propinas*. Deliberação nº 87/CUN/2012. Maputo, 2012.

SILVEIRA, Míriam Moreira. *A Assistência Estudantil no Ensino Superior: uma análise sobre as políticas de permanência das universidades federais brasileiras*. 2012. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Programa de Pós-Graduação em Política Social, Universidade Católica de Pelotas (UCPEL), 2012.

SOUZA, Débora Juliana Nepomuceno. *Política de Educação Superior e os Programas de Permanência para Universidades Públicas: um estudo da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – 2003 a 2010*. 136 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2012.

SOUZA, Iris de Lima. *Serviço Social e educação: uma questão em debate*. Revista Interface, Natal/RN, Vol. 1, Nº 1, Brasil. 2005.

STOLF, Franciele. *Assistência Estudantil na Universidade Federal de Santa Catarina: uma análise inicial do Programa Bolsa Estudantil*. Dissertação de Mestrado. Florianópolis: PPGE/UFSC, 2014.

TUCKMAN, B. *Manual de Investigação em Educação*. 2ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 2000.

VASCONCELOS, Natália Batista. *Programa Nacional de Assistência Estudantil: uma análise da evolução da Assistência estudantil ao longo da história da Educação Superior no Brasil*. In: *Revista da Católica: Programa Nacional de Assistência Estudantil*. Vol. 2, Uberlândia, 2010.

APÊNDICES



FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

Licenciatura em Serviço Social

Questionário para o Departamento de Assistência Social

O presente questionário destina-se aos Profissionais da Direcção dos Serviços Sociais da UEM que actuam no Departamento de Assistência Social. O mesmo tem como objectivo *compreender as percepções dos actores sociais participantes no acompanhamento aos estudantes beneficiários da bolsa completa que tenham ingressado no 2013 à 2015.*

Este trabalho académico visa a conclusão do curso de licenciatura em Serviço Social e para apresentação dos resultados, asseguramos o anonimato dos participantes.

Pedimos à vossa colaboração!

1. Qual é a sua percepção sobre a Assistência dos Estudantes Bolseiros da Universidade Eduardo Mondlane?

2. Quais são os programas sociais implementados pelo Departamento de Assistência Social que visam garantir o acompanhamento dos Estudante Bolseiros na Universidade Eduardo Mondlane?

3. Qual é o impacto da assistência social no acompanhamento dos estudantes bolseiros da Universidade Eduardo Mondlane?

4. Na sua opinião, quais são os principais desafios no acompanhamento dos estudantes bolsheiros?

5. No seu ponto de vista, quais são os maiores avanços que ocorreram nos últimos (3) três anos na assistência dos estudantes bolsheiros da Universidade Eduardo Mondlane?

6. O Departamento de Assistência Social possui uma equipa multiprofissional que actua no acompanhamento dos estudantes bolsheiros?

Sim () Caso a resposta seja sim, qual é a contribuição?

Não (). Caso a resposta seja não, qual é implicação?

7. Existe Assistente Social no Departamento de Assistência Social?

Sim () Não ()

7.1. Caso a resposta seja sim, de que forma o Assistente Social pode contribuir no acompanhamento do estudante beneficiário da bolsa completa?

8. No Departamento de Assistência Social existe um programa que acompanha os estudantes bolsheiros no contexto do fraco aproveitamento pedagógico?

8.1. Será que o Departamento de Assistência Social tem um programa de acompanhamento social dos estudantes que perdem a bolsa?

Sim ()

Não ()

Agradecemos pela disponibilidade!



FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

Licenciatura em Serviço Social

Inquérito para Estudantes Beneficiários da Bolsa Completa

O presente Inquérito destina-se aos estudantes beneficiários da bolsa completa, ingressos em 2013 à 2015 na Universidade Eduardo Mondlane e tem como objectivo *compreender as percepções dos actores sociais sobre a importância da assistência estudantil desenvolvida pela Direcção dos Serviços Sociais no acompanhamento dos estudantes bolseiros da Universidade Eduardo Mondlane.*

As informações colectadas poderão ser utilizadas para fins exclusivamente académicos, como para conclusão do curso de licenciatura em Serviço Social.

Em cada questão, marque com (X), somente, uma resposta que julgar correcta.

Pedimos à vossa colaboração!

I. Identificação

Sexo: M _____ F _____

Província: _____

Curso _____

Ano de ingresso _____

2. Qual é o seu percepção sobre a Assistência dos Estudantes Bolseiros prestada pela Direcção dos Serviços Sociais?

a) Direito ()

b) Favor ()

c) Ajuda ()

d) Privilégio ()

3. Será que a Direcção dos Serviços Sociais tem prestado acompanhamento aos estudantes bolseiros?

- a) Totalmente ()
- b) De forma limitada ()
- c) Não presta acompanhamento ()

4. Qual é o nível de participação dos Estudantes Bolseiros nos programas sociais prestados pela DSS no acompanhamento estudantil?

- a) Bom ()
- b) Satisfatório ()
- c) Mau ()

5. Os serviços prestados pela DSS são relevantes para os estudantes durante curso?

- a) São relevantes ()
- b) São de pouca relevância ()
- c) Não são relevantes ()

6. Como é que avalia a Assistência Social prestada pela DSS aos estudantes bolseiros nos últimos três (3) anos?

- a) Melhorou ()
- b) Manteve ()
- c) Piorou ()

7. Qual é o seu conhecimento sobre regulamento de bolsa de estudo?

- a) Bom ()
- b) Razoável ()
- c) Não conheço ()

8. De acordo com o regulamento em vigor, qual é o mínimo de percentagem (%) do aproveitamento pedagógico para manter a bolsa?

- a) 50 % ()
- b) 75% ()
- c) 100 % ()
- d) Não sei ()

9. Enumere pelo menos (3) três acções que a Direcção dos Serviços Sociais deve priorizar para o melhor acompanhamento dos estudantes bolseiros.

ANEXOS

Dr. Balane



Receber o estudante
condenar a entrevista
no CTA e nos estudos
Dionice 6/17

FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS

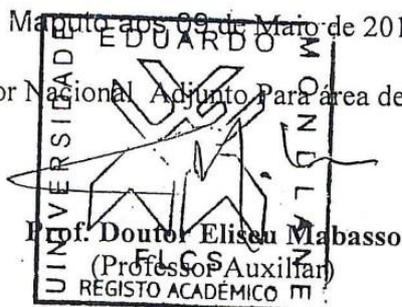
CREDENCIAL Nº417/DRA-FLCS/ 2017

Tendo em vista a realização de um trabalho de recolha de dados sobre o tema “ Assistência Estudantil no contexto Universitário: Uma Análise do Acompanhamento dos Estudantes Bolseiros da UEM (2013-2015)” da disciplina de Trabalho de Fim do Curso. credencia – se junto à Direcção dos Serviços Sociais (DSS-UEM) o Sr. Eusébio Paulo António, estudante do 4º ano do Curso de Licenciatura em Serviços Social nesta Instituição.

Agradece-se antecipadamente todo o apoio que lhe possa ser prestado para o bom andamento do trabalho.

Maputo, aos 09 de Maio de 2017

O Director Nacional Adjunto Para área de Graduação



Prof. Doutor Eliseu Mabasso
(Professor Auxiliar)
REGISTO ACADEMICO M

UEM / DSS - Secretaria	
Entrada n.º	214
Data	16 / 05 / 2017
Cod. Classif.	4135
Assinatura	Amadeu

